



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR**

VALÉRIA BATISTA BARRETO

**A LEI 10.639/2003 E A EDUCAÇÃO BÁSICA NA BAIXADA
FLUMINENSE: UM ESTUDO DE CASO.**

NOVA IGUAÇU/ RJ

2016





UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

VALÉRIA BATISTA BARRETO

**A LEI 10639/2003 E A EDUCAÇÃO BÁSICA NA BAIXADA
FLUMINENSE: UM ESTUDO DE CASO.**

**Monografia apresentada ao curso de
História como requisito parcial para
obtenção do Título de Licenciado em
História, do Instituto Multidisciplinar da
Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro, sob orientação do Prof. Pós Dr.
Ahyas Siss.**

Nova Iguaçu

2016



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR**

VALÉRIA BATISTA BARRETO

**A LEI 10639/2003 E A EDUCAÇÃO BÁSICA NA BAIXADA
FLUMINENSE: UM ESTUDO DE CASO.**

Monografia de Conclusão de Curso apresentado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção da graduação do Curso de Licenciatura Plena em História.

Aprovado em: _____

Banca Examinadora

Ahyas Siss. – Professor Pós-Doutor – UFRRJ

(Orientador - Presidente)

Otair Fernandes de Oliveira

(Membro interno)

Ricardo Dias da Costa

(Membro interno)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por iluminar meus caminhos, dar-me força diante das dificuldades que se apresentaram nesta caminhada de estudos.

Aos meus filhos que foram os principais incentivadores para iniciar minha graduação, minha mãe e marido por estarem ao meu lado nos meus momentos de angústia e incertezas.

A todos os professores que obtive grandes ensinamentos durante toda minha graduação.

Às amigas queridas Cláudia Agostinho e Marlene por toda a ajuda, incentivo e preocupação.

Agradeço a meu orientador Ahyas Siss pela paciência e grandes ensinamentos. Muito obrigada!

“A única arma para melhorar o planeta é a Educação com ética. Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor da pele, por sua origem, ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar.”

Nelson Mandela

RESUMO

Tendo a Lei 10.639/2003 sancionada a mais de uma década, cabe refletirmos sobre o comprometimento da escola pública com sua implementação, levando em conta a importância de problematizar dentro da escola as questões étnico-raciais. O presente trabalho tem como objetivo verificar quais as práticas pedagógicas aplicadas e os efeitos alcançados na perspectiva da Lei 10639/03 no CIEP em São João de Meriti/RJ, visando políticas educacionais para a educação das relações étnico-raciais, em busca de uma intervenção positiva na superação de preconceitos, estereótipos, discriminação e racismo, bem como analisar se as práticas pedagógicas desenvolvidas na escola seguem a orientação estabelecida pelo Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura da África e afro-brasileira. Para um melhor tratamento dos objetivos e apreciação desta pesquisa, observou-se que ela é classificada como pesquisa qualitativa. Para tanto, a pesquisa se apresentou como estudo de caso e como método para coleta de dados foi utilizado a pesquisa bibliográfica e documental, além da aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas com intuito de analisar os dados coletados para discorrer sobre a implementação da Lei 10.639/2003 no contexto educacional da escola em estudo. A partir da análise de dados foi possível perceber a importância da implementação da Lei 10.639/2003 nas unidades escolares, levando ao cotidiano escolar e o universo dos alunos suportes para o entendimento de como o racismo foi construído em nossa sociedade e afeta de forma direta e indireta a população brasileira, propiciando discussões necessárias a fomentação a reeducação das relações étnico-raciais. Enfim, por meio de todo o estudo realizado e das sugestões pedagógicas apresentadas foi possível confirmar que a efetiva implementação da Lei 10639/2003 pode ser resolvida com o comprometimento da gestão escolar e toda equipe pedagógica, para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que visem políticas educacionais fundamentadas no que relata o texto das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, tendo em vista a formação inicial e continuada dos docentes como ponto de suma importância para um melhor aproveitamento do trabalho desenvolvido e seu enraizamento no "chão da escola".

Palavras-chaves: Lei 10.639/2003. Implementação da Lei. Práticas pedagógicas. Racismo. Formação docente.

LISTA DE SIGLAS

CIEPs: Centros Integrados de Educação Pública

CNE/CP: Conselho Nacional de Educação/ Conselho Pleno

CNE: Conselho Nacional de Educação

COMEP: Comissão de Ética na Pesquisa

DCNERER: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio

ERER: Educação das Relações Étnico- Raciais

FNB: Frente Negra Brasileira

IAN: Imprensa Alternativa Negra

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB: Lei de Diretrizes e Bases

MEC: Ministério da Educação

MNU: Movimento Negro Unificado

NEJA: Núcleo de Educação de Jovens e Adultos

ONG: Organização não governamental

ONU: Organização das Nações Unidas

PCNs: Parâmetros Curriculares Nacionais

PPP: Projeto Político Pedagógico

SER: Se essa rua fosse minha

TEN: Teatro Experimental do Negro

TEPIR: Território de Educação para a Igualdade Racial

UERJ: Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFRRJ: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Fachada do CIEP.....	41
Figura 2- Lateral do CIEP.....	41
Figura 3- Peça apresentada no Sesc.....	44
Figura 4- Mural do Projeto	45
Figura 5- Grupo Aláfia	45
Figura 6- Orixás - pintura na telha.	46
Figura 7- Artesanato.	47
Figura 8- Exposição das pinturas.	47
Figura 9- Apresentação dança afro.....	48
Figura 10- Exposição dos quadros.	48
Figura 11-Apresentação para alunos do fundamental II.....	49
Figura 12-Convite para estreia.	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:.....	51
Tabela 2:.....	52
Tabela 3:.....	53

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. CAMINHOS PERCORRIDOS ATÉ A APROVAÇÃO DA LEI 10639/2003.	18
3- DAS NORMATIVAS EDUCACIONAIS À PRÁTICA PEDAGÓGICA EM PROL DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10639/2003.....	29
3.1- ESCOLA, UMA INSTITUIÇÃO RACISTA?.....	33
4-ESTUDO DE CASO.	40
4.1- CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA.....	40
4.2- ALGUNS PROJETOS IMPLEMENTADOS.	44
4.2- CARACTERIZAÇÃO DOS ATORES ENTREVISTADOS.	50
4.3- O PONTO DE VISTA DOS ALUNOS.	54
4.4- O PONTO DE VISTA DO GESTOR.....	57
4.5- PONTO DE VISTA DA EQUIPE PEDAGÓGICA.	58
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
6. REFERÊNCIAS.....	68
ANEXOS	71

1. INTRODUÇÃO

A Lei 10639/2003, quando foi aprovada veio como resposta a anos de luta e discussões sobre a importância da educação formal em todos os seus níveis, tendo como uma de suas preocupações implementar uma educação mais democrática, incluindo em seu currículo a história e cultura afro-brasileira e africana, modificando uma visão eurocêntrica que domina a nossa educação e se construa uma visão mais plural, em busca de uma pedagogia antirracista.

Como professora da rede Estadual do Rio de Janeiro, passei por anos de experiência com crianças do ensino fundamental I ¹ e nesses últimos anos com alunos do fundamental II e Ensino Médio², totalizando 23 anos como professora de escola pública. Presenciei e vivi situações envolvendo racismo, preconceito racial e intolerância religiosa, principalmente com as religiões de matrizes afro-brasileiras. Conflitos entre aluno x aluno, professor x aluno, professor x professor, demais funcionários da instituição escolar e até entre pais de alunos.

Situações vistas e vividas por mim dentro da escola não eram diferentes do que vivia fora, em sociedade, e até no meio familiar. Minha família materna sempre demonstrou dificuldades em relação à construção de suas identidades pessoais, demonstrando muitas vezes dificuldades em discutir seu pertencimento étnico- racial, algo perceptível na minha mãe e seus oito irmãos. Descrevendo de forma resumida a minha família materna, meu avô era um homem negro que casou com uma mulher branca e desejava ter filhos brancos. Fato sempre recomendado era para as gerações seguintes procurar "clarear" a família. Havia uma visão equivocada da minha parte por analisar o comportamento do meu avô como racista, não conseguia compreender a sua dificuldade em aceitar um filho de pele escura. Com o tempo pude perceber que sua tentativa era de proteger seus filhos de toda discriminação e dificuldades que ele passou na sua trajetória de vida, na qual a cor da sua pele representava uma visão extremamente negativa na sociedade brasileira.

¹ Ensino fundamental é o nome dado a uma das fases da educação básica no Brasil, com duração de 9 anos. A matrícula é obrigatória para a idade entre 6 e 14 anos, regulamentado por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996. A organização do ensino fundamental divide-o, na prática, em dois ciclos. O primeiro que corresponde aos primeiros cinco anos (chamados anos iniciais do ensino fundamental) é desenvolvido, usualmente, em classes com um único professor regente (Fundamental I- 1º ao 5º ano). O segundo ciclo corresponde aos anos finais, nos quais o trabalho pedagógico é desenvolvido por uma equipe de professores especialistas em diferentes disciplinas (Fundamental II- 6º ao 9º ano).

² Desde 1996, no Brasil, corresponde ao ensino médio (antigamente chamado de segundo grau) a etapa do sistema de ensino equivalente à última fase da educação básica com a duração de 3 anos (1º ao 3º ano).

Ao iniciar minha graduação procurei por respostas para começar a entender a complexidade que fazia parte da história da minha família que foi diretamente atingida por uma construção estereotipada dos africanos e conseqüentemente dos afro-brasileiros através da postura e ações empreendidas pelo Estado brasileiro desde a abolição, atingindo de forma negativa a população afro-brasileira, fato que se reflete até os dias atuais.

Meu avô tem uma história de vida que lhe causava muita tristeza. Fruto de uma relação entre um homem branco, filho de um fazendeiro da região do Município de Vassouras no Estado Rio de Janeiro, com uma mulher negra que vivia na fazenda desde sua infância e prestava serviços domésticos em troca de casa e comida; filha de negros libertos, dos quais ela não tinha nenhum conhecimento do paradeiro. Ao escolher casar com uma mulher negra, foi expulso de casa pelo próprio pai (meu bisavô) e proibido de usar o nome do pai e de qualquer contato com sua família.

Apesar de todos os obstáculos, houve o casamento e da união tiveram três filhos, sendo meu avô, Aldemiro Baptista o caçula dessa família que foi formada no início do século XX. Toda sua trajetória e dificuldades encontradas influenciaram de forma significativa na formação de sua identidade e conseqüentemente dos seus filhos.

Sou mãe de dois homens e quando meu primeiro filho frequentava o jardim de infância em 1997 com 4 anos de idade, levei um grande susto ao lhe encontrar com o corpo coberto de talco. O que levaria uma criança de 4 anos cobrir seu corpo de talco? Sua resposta me chocou por dizer que não queria ser preto porque preto é feio. Essa ideia surgiu na sua cabeça quando a professora chamou a sua atenção por está pintando o desenho com lápis preto e preto era feio, demonstrando o despreparo da professora para trabalhar com as relações étnico-raciais brasileiras, confundindo a cabeça de uma criança. É por isso que o combate a todas as formas de preconceito deve ser prioridade desde os primeiros anos da Educação Infantil.

Situação que foi totalmente resolvida com o apoio do seu pai e do avô paterno, que sempre foram referências para meus filhos e sempre demonstravam orgulho de sua herança africana, e por serem negros, me ajudaram muito fortalecendo o sentimento positivo dos meus filhos em relação ao pertencimento racial.

Todos esses fatos sempre me levaram a pensar na importância do estudo da história e cultura afro-brasileira e africana. No decorrer da minha graduação, não tive dúvidas para

escolher meu tema de pesquisa: As práticas pedagógicas na perspectiva da Lei 10639/03 em uma Escola Estadual em São João de Meriti, RJ.

A opção em escolher uma escola estadual em São João de Meriti foi por estar diretamente ligada ao meu histórico de vida pessoal e profissional, pois além de trabalhar, nasci e vivo neste município.

A Lei 10639/03 foi sancionada em 2003, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nela incluindo conteúdos referentes às relações étnico-raciais, tornando obrigatório o ensino de história e da cultura africana e afro-brasileira em todo território nacional em instituições públicas e privadas.

Para que mudanças aconteçam a Lei precisa ser respeitada e implementada dentro das unidades escolares, buscando o desenvolvimento de práticas pedagógicas que respeite o que está estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Essa pesquisa se justifica por apresentar a proposta de analisar os avanços e sucessos alcançados pela escola escolhida como objeto de pesquisa, observando suas práticas pedagógicas em prol da Lei supracitada e até que ponto as ações realizadas alcançaram mudanças estruturais na realidade escolar e, o seu enraizamento no “chão da escola” da educação básica da rede pública Estadual, Baixada Fluminense na cidade de São João de Meriti. Espera-se que os resultados desse estudo possam oferecer subsídios para uma maior qualificação de tais práticas nessa escola, bem como em outras unidades escolares preocupadas com a implementação plena da nossa LDBEN mais recente.

Denúncias de práticas discriminatórias e excludentes sofridas pela população afro-brasileira dentro do ambiente escolar acabavam causando uma imagem estereotipada e sentimentos de inferioridade dos alunos negros, levando a grande maioria a pouca ou até nenhuma participação nas atividades escolares, causando alto índice de abandono da educação formalizada. Tendo como foco a educação no Brasil e tendo como destaque as ações do movimento negro que atravessou anos de luta em busca de mudanças urgentes no modelo educacional estabelecido no nosso país, que preconizava como política educacional uma visão eurocêntrica e racista, essa monografia destaca que a Lei 10.639/2003 vem como uma grande vitória desse longo processo de lutas.

Portanto, procuro reunir dados, informações e analisa-los com o propósito de responder ao seguinte problema de pesquisa: Existem ações educativas e práticas pedagógicas sendo desenvolvidas em unidades escolares de educação básica no Município de Nova Iguaçu, na perspectiva da Lei 10639/2003 e das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERE's)? O objetivo maior da pesquisa é verificar quais os efeitos alcançados pelas práticas pedagógicas aplicadas na perspectiva da Lei 10639/2003 em uma escola estadual de São João de Meriti, verificando se tais práticas, podem levar à superação de preconceitos, estereótipos, discriminação e racismo dirigidos principalmente à população afro-brasileira, empreendendo o enraizamento da reeducação das relações étnico-raciais no "chão da escola".

Para que mudanças aconteçam a Lei precisa ser respeitada e implementada dentro das unidades escolares, buscando o desenvolvimento de práticas pedagógicas que respeitem o que está estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Em busca de alcançar o objetivo geral dessa pesquisa, elencamos como seus objetivos específicos os seguintes:

a) - Analisar se as práticas pedagógicas desenvolvidas na escola seguem a orientação estabelecida pelo Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura da África e afro-brasileira-Brasileira,

b) - Investigar a participação da gestão escolar para o desenvolvimento das atividades na unidade escolar,

c) - Localizar os desafios e progressos alcançados pela escola na implementação da lei dentro da unidade escolar, observando as atividades desenvolvidas dentro do tema proposto em busca do respeito pela diversidade cultural e a concretização de uma educação antirracista.

Para um melhor tratamento dos objetivos e apreciação desta pesquisa, observou-se que ela é classificada como pesquisa qualitativa. Segundo Minayo (2009, p.21), a pesquisa qualitativa trabalha com o “universo dos significados, das crenças, dos valores e das atitudes. Conjunto de fenômenos humanos que faz parte da realidade social”, o que se faz primordial para compreender as relações que o plano educacional estabelece com as demandas sociais e

culturais locais. Destaca-se que a opção neste estudo foi pelo estudo de caso com dados obtidos em campo. De acordo com Yin (2005, p.32):

O estudo de caso é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência.

Quanto ao recorte amostral, optei em trabalhar em uma Escola Estadual do Município de São João de Meriti, Rio de Janeiro, localizada na área urbana do município. Ao ser resolvido pesquisar uma escola da rede pública do Estado e sendo professora da rede, optei por desenvolver a pesquisa em uma escola no qual não tenho nenhum vínculo de trabalho. A escolha da escola em questão aconteceu após ser convidada para participar como ouvinte do seminário desenvolvido pela escola sobre “tecnologia e práticas pedagógicas” no ano de 2013.

Os trabalhos expostos pela escola relacionados a educação étnico-racial chamaram bastante a minha atenção e meu interesse, fator que direcionou o meu interesse no momento de delimitar meu campo da investigação

Destaca-se o nosso interesse nas relações estabelecidas na escola que foi nosso objeto de pesquisa, bem como as concepções elaboradas por seus sujeitos sobre as relações étnico-raciais e as práticas pedagógicas desenvolvidas pela instituição escolar em prol da Lei 10.639/2003. Neste sentido o estudo de caso trouxe uma possibilidade concreta do entendimento deste contexto, usando uma variedade de fontes de informação.

No que diz respeito às técnicas de coletas de dados, detectou-se a necessidade da pesquisa bibliográfica e documental no momento em que se fez uso de materiais já elaborados: livros, artigos científicos, revistas, documentos eletrônicos, monografias, teses na busca e alocação de conhecimento sobre as práticas pedagógicas na perspectiva da Lei 10.639/2003, correlacionando tal conhecimento com abordagens já trabalhadas por outros autores, além da aplicação de questionários e entrevistas não estruturadas que de acordo com Marconi e Lakatos (2003) “em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal.”

Durante a análise documental lançamos mão de documentos diretamente ligados a práticas pedagógicas desenvolvidas pela escola, como o Projeto Político Pedagógico, imagens de atividades e projetos desenvolvidas pela escola e documentos legais como a Lei de Diretrizes e Bases, Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais

para a Educação da Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Constituição Federal Brasileira, a Lei 10.639/2003, a Lei de Diretrizes, Bases da Educação Nacional de 1996 e os PCNs.

A realização desse estudo teve como sujeitos de pesquisa o Gestor da Unidade escolar, 4 professores regentes, 1 animadora cultural e 6 alunos do ensino médio entre o 1º ao 3ºano. A escolha dos alunos e professores que participaram da pesquisa foi aleatória, obedecendo o critério de disponibilidade e vontade em participar.

Num segundo momento, foram aplicados questionários com perguntas abertas e fechadas para o (1) Gestor da unidade, (6) discentes do Ensino Médio e (5) profissionais da equipe pedagógica. De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p.201), o questionário “é um instrumento de coletas de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito sem a presença do entrevistador.” Assim buscou-se aplicar esta ferramenta com intuito de analisar os dados coletados para discorrer sobre a implementação da Lei 10.639/2003 no contexto educacional da escola em estudo.

Nessa pesquisa, seguiremos os protocolos para projetos de pesquisa que envolvem seres humanos, elaborado pela Comissão de ética da pesquisa da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (COMEP-UFRRJ). O documento de referência propõe o anonimato dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Por tanto a forma de identificação que será apresentada nesta pesquisa será apenas CIEP para Unidade Escolar escolhido pela pesquisadora e pseudônimos escolhidos pelos sujeitos depoentes.

As perguntas abertas são caracterizadas por levar o entrevistado a responder com frases ou orações, tendo a liberdade de expressar sua opinião. Já as fechadas, por sua vez, apresentam categorias ou alternativas de respostas preestabelecidas, de modo que o entrevistado deve respondê-las de acordo as características que mais se ajustam ao seu posicionamento.

A estrutura monográfica deste trabalho está dividida em quatro capítulos, com esta introdução no qual apresento minhas razões pessoais na escolha do tema de pesquisa, os objetivos propostos para esta investigação e a metodologia utilizada durante a execução da pesquisa.

O segundo capítulo intitulado “*Caminhos percorridos até a aprovação da Lei 10.639/2003*”, evidenciando o contexto histórico em que ela foi gerada, o processo de lutas

travadas até sua promulgação, diante da formação da identidade nacional brasileira onde a desigualdade social está diretamente vinculada a questão racial, atingindo principalmente a população afro-brasileira. Medidas adotadas pelo Estado brasileiro no pós- abolição, desencadeiam as desigualdades socioeconômicas presentes na nossa sociedade. Por fim apresento a contextualização da Lei 10.639/2003 como proposta de modificar as diretrizes de bases da educação brasileira e ampliar o currículo oficial da rede de ensino para tornar obrigatória a implantação da temática da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas escolas.

O terceiro capítulo intitulado “Das normativas educacionais à prática pedagógica em prol da implementação da Lei 10639/2003”, neste capítulo apresento algumas mudanças importantes em resposta às reivindicações, principalmente por parte do Movimento Negro para educação, presente na Constituição de 1988, apresentando em seu texto legal o reconhecimento da pluralidade racial no Brasil, abrindo caminho para o reconhecimento da importância da educação formal para a desconstrução de estereótipos e todo tipo de preconceitos existentes nas unidades escolares.

O quarto capítulo “*estudo de caso*”, apresento a caracterização da área de pesquisa, alguns projetos que estão sendo implementados pela escola em prol da Lei 10639/2003 e finalmente, o trabalho pretendeu avaliar a percepção dos alunos do Ensino Médio sobre as questões das relações étnico-raciais, observando tanto o posicionamento dos alunos, com intuito de verificar a existência de uma uniformidade em suas percepções e poder avaliar a atuação da escola diante desta temática, de acordo com o envolvimento do Gestor escolar e a equipe pedagógica. Através de questionários aplicados para alunos, Gestor e equipe pedagógica, buscamos traçar o envolvimento da escola com o proposto pela Lei 10.639/2003 e seu processo de enraizamento no “chão da escola”.

E, por fim, na última seção, tendo a certeza que não se trata de uma abordagem conclusiva, sistematizo os achados da pesquisa, onde identifico a atuação da escola pesquisada para implementação da Lei 10639/2003 e a necessidade da formação continuada dos docentes para trabalhar no propositivo da Lei e seus dispositivos, no intuito de abarcar efetivamente toda comunidade escolar, ampliando e fortalecendo o trabalho desenvolvido pela escola.

2. CAMINHOS PERCORRIDOS ATÉ A APROVAÇÃO DA LEI 10639/2003.

A Lei nº 10639 promulgada no dia 09 de janeiro de 2003, na primeira gestão do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva altera a Lei de Diretrizes e Bases da Lei nº 9394/96, estabelecendo a obrigatoriedade do Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, no intuito de buscar a superação das desigualdades étnico-raciais presentes na educação escolar brasileira. A aprovação dessa lei vem como resposta a uma luta histórica por ações voltadas para políticas educacionais comprometidas no combate ao preconceito racial, ao racismo e à discriminação racial, garantindo uma educação multicultural, promovendo o princípio da igualdade de direitos. Até a aprovação da referida lei muitos debates e lutas foram travadas.

Entender o processo histórico na qual essa lei está inserida, ajuda a entender a trajetória percorrida em busca do direito à cidadania e uma educação mais democrática na perspectiva dos movimentos negros. De acordo com Telles (2012), o sistema educacional brasileiro é extremamente desigual, sendo um dos principais fatores que leva grande parte de sua população à pobreza, em todo esse processo pode-se dizer que a classe pobre e trabalhadora no Brasil é multirracial, mas principalmente negra. Preocupa-nos o fato de que, na sociedade brasileira, a raça³ ainda seja fator determinante para a ascendência socioeconômica. Por outro lado, tal fato aponta na direção de que entre nós a categoria classe social, ou simplesmente classe, não é o único fator para exclusão social, levando a população negra a se manter nos níveis socioeconômicos mais baixos.

É importante assinalar que a desigualdade socioeconômica presente na sociedade brasileira que atinge principalmente a população afro-brasileira é fruto de medidas adotadas pelo Estado brasileiro que não estão restritas ao longo período escravagista, mas além deste triste fato, medidas adotadas nos pós abolição foram determinantes para o surgimento de concepções e práticas racistas que perduram até os dias atuais.

³³ O termo utilizado neste trabalho não está pautado na biologia, no qual o termo é cientificamente inoperante. O que se denomina raça codifica um olhar político e social historicamente construído.

O Brasil passou por mais de 300 anos tendo como seu sustentáculo econômico a mão de obra de escravizados. Inicialmente com a exploração dos habitantes nativos, depois com o tráfico de africanos arrancados violentamente de diferentes regiões de África.

Apesar da abolição oficializada em 1888 ser uma grande conquista, a tão sonhada liberdade não veio acompanhada de uma política de socialização por parte do Estado brasileiro, dificultando para os libertos conseguir meios para usufruir de sua liberdade e alcançar a cidadania plena.

Depois da abolição os libertos foram esquecidos. Com exceção de algumas poucas vozes, ninguém parecia pensar que era sua responsabilidade contribuir de alguma maneira para facilitar a transição do escravo para o cidadão[...] O governo republicano que tomou o poder em 1889 excluiu os analfabetos do direito de voto, eliminando a maioria dos ex-escravos do eleitorado. (COSTA, 2008, p. 137)

A proclamação da República não traz uma perspectiva de inclusão da população afro-brasileira nas esferas política, econômica e educacional da sociedade brasileira. Uma sociedade enraizada no pensamento escravagista, continuou relegando os libertos e seus descendentes o direito de ser cidadão. “Ficava fora da sociedade política a grande maioria da população”. (CARVALHO, 1996, p. 45)

De acordo com Carvalho (1996) a Constituição republicana retirou a obrigatoriedade que era relegada ao governo em fornecer a instrução primária, anteriormente postulada na Constituição de 1824⁴. Com a exclusão dos analfabetos do direito ao voto, a maior parte da população brasileira acaba suprimido seu direito político, tornando a Constituição republicana particularmente discriminatória.

Com a retirada da obrigatoriedade da instrução pública por parte do governo republicano acabou deixando de fora da possibilidade de uma educação formal a população pobre do país no qual a maior parte composta de afro-brasileiro. A liberdade não veio

⁴ A constituição do Império foi a primeira do Brasil, sendo outorgada em 1824.No seu Art. 179 nos itens 32 e 33 a gratuidade da instrução primária para todos os cidadãos e a criação de colégios e universidades.

Os escravizados não eram considerados cidadãos pela constituição, conseqüentemente não tendo o direito a instrução pública.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm, acesso 10/09/2016.

acompanhada de medidas que assegurassem a essa população uma real integração a nova sociedade que se construía com a mudança de regime.

Nos anos que se seguiram à abolição, os sonhos de liberdade dos libertos converteram-se muitas vezes em pesadelo em virtude das condições adversas que tiveram que enfrentar. Eles não tardaram em reconhecer que sua luta não chegara ao fim. Caberia a eles próprios se organizarem para alcançar seus objetivos. (COSTA, 2008, p. 138)

Abandonados à própria sorte pelo Estado brasileiro, os libertos e seus descendentes precisaram buscar formas para conquistar seu espaço na sociedade brasileira que já apresentava uma construção hierárquica pautada na cor, apoiada em ideais racistas de superioridade branca, tendo a teoria do branqueamento como um discurso já em voga no Brasil antes mesmo da abolição. Tornar a população brasileira mais branca se pautando no mecanismo de aumento da imigração de brancos europeus considerados como uma raça superior tendo como objetivo a “melhoria” da população brasileira vista como atrasada por ser composta de uma maioria negra e mestiça.

Segundo Kabengele Munanga (1999), a elite brasileira no intuito de buscar uma solução para diversidade racial brasileira e encontrar formas de construir sua nacionalidade, buscou no final do século XIX e início do XX, soluções para eliminar tal diversidade entendida como problema brasileiro tendo como base a ciência europeia ocidental⁵ vista no período como desenvolvida. Skidmore (2012, p.110), conclui que a tese brasileira de branqueamento era uma “teoria peculiar ao Brasil”. Já Siss (2003) pontua que

[...]acreditava-se que, da fusão dos grupos raciais branco e negro resultaria um fenótipo branco diferente do original no qual os males do cruzamento racial ou desapareceriam, ou seriam atenuados. A imigração cumpriria o papel de reverter a perigosa desproporção entre os grupos raciais negro e branco através da ‘infusão’ do sangue dos europeus. (SISS, 2003, p. 34)

De acordo com a tese brasileira do branqueamento, com o tempo a população se tornaria mais clara através da miscigenação, baseados no pressuposto da superioridade branca e a gradual extinção da população negra. “A miscigenação não gerava, necessariamente,

⁵ O movimento de eugenia do final do século XIX (1880) e início do século XX (1920), tinha como objetivo manter a raça pura. O termo eugenia, de origem grega, significa bom de nascimento. (SILVÉRIO, 2002)

“degenerados”, e poderia forjar uma população mestiça saudável que se tornaria cada vez mais branca, tanto cultural quanto fisicamente”. (SKIDMORE, 2012, p. 111)

Esse determinismo em construir uma nacionalidade brasileira com ideias baseados na supremacia branca em uma sociedade composta por sua maioria de descendentes de africanos e indígenas, considerados inferiores, representou e representa na contemporaneidade uma imagem negativa na formação da identidade étnica brasileira.

A abolição da escravidão desacompanhada de medidas sociais que garantissem o acesso a moradia, trabalho e educação relegava a população afro-brasileira a miséria e exclusão social. Não demorou para que eles percebessem que precisariam lutar para sair da marginalização imposta pelos dirigentes do Estado nacional e procurarem meios para ser inseridos na sociedade. Uma de suas principais reivindicações foram voltadas para educação escolarizada.

Logo após a abolição já se tem notícias sobre grupos (grêmios, clubes, associações) formados por negros, além de uma imprensa alternativa (Imprensa Alternativa Negra⁶), que foi importante veículo utilizado não apenas para informações, mas também como instrumento de denúncia dos problemas sociais que afetavam a população afro-brasileira no qual dificultava o acesso ao trabalho, habitação, educação e saúde. A Imprensa Alternativa Negra (IAN) um importante veículo para pensar em alternativas para o problema do racismo na educação brasileira.

A demanda por educação por parte dos afro-brasileiros, já visível na primeira década do século, irá acentuar-se até 1937 e se fará acompanhar de realizações significativas nessa área. É ainda através da IAN que se pode perceber a atuação de várias organizações de ativistas negros e de seus periódicos no campo educacional, principalmente na capital da República e ainda no interior dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, bem como na capital paulista. (SISS, 2003, p. 39)

Os periódicos da IAN foram amplamente utilizados para alertar a população da importância da educação como instrumento de valorização dos afro-brasileiros. Cientes de sua

⁶Jornais elaborados e publicados por negros, devido a necessidade de tratar de assuntos diversos referentes a população afro-brasileira, que eram negligenciados pela imprensa tradicional. Exemplos desses periódicos foram: O Exemplo (1892), A Alvorada (1907), O Alfinete (1918), A Voz da Raça (1933), O Quilombo (1946), entre outros.

frágil situação na sociedade brasileira e da necessidade de educação formal, essa imprensa foi criada para contribuir com mudanças do quadro negativo no qual o negro se encontrava.

A Frente Negra Brasileira (FNB) foi fundada em 1931 e suas ações eram voltadas para as ações sociais, culturais e políticas. Criou escolas e cursos de alfabetização de crianças, jovens e adultos.

A entidade desenvolveu um considerável nível de organização, mantendo escola, grupo musical e teatral, time de futebol, departamento jurídico, além de oferecer serviço médico e odontológico, cursos de formação política de artes e ofícios, assim como publicar um jornal, o A Voz da Raça. (DOMINGUES, 2007, p. 106)

A década de 1930 apresentou mudanças significativas no cenário político, social e cultural do Brasil. Getúlio Vargas assume a presidência do Brasil em 1930, chegando ao fim a República Velha, mudando o panorama político e social do país. Através de seus jornais os afro-brasileiros, denunciavam as formas de discriminação racial existentes na sociedade brasileira e exaltavam a importância da educação formal, conclamando a sociedade para colocarem seus filhos na escola, “não só de os pais colocarem seus filhos nas escolas, mas, também, de que os próprios pais a frequentassem, inclusive à noite, se o trabalho diário não lhes permitisse frequentá-la no turno diurno.” (SISS, 2003, p. 42). Em 1936 a Frente Negra Brasileira transformou-se em partido político, sendo colocada na clandestinidade junto com os demais partidos políticos em 1937 no Governo Getúlio Vargas, quando aqui se instalou o chamado Estado Novo varguista.

Neste período é inaugurada uma nova abordagem em torno da miscigenação no Brasil, com a publicação do livro Casa grande e senzala de Gilberto Freyre (1933), trazendo novo significado para as relações raciais no Brasil dando ideia de uma sociedade formada com base no branco, no índio e no negro, formando verdadeira identidade nacional. “Para Freyre, os brasileiros resolveram a sua questão racial porque os colonizadores lusitanos adotaram, de forma efetiva, a estratégia da miscigenação.” (SISS, 2003, p. 47)

De acordo com esta perspectiva empregada por Freyre o Brasil vivia em plena harmonia entre as raças, alcançada de forma positiva pela colonização portuguesa e sua plasticidade em relacionarem-se com mulheres índia e negra, construindo através da mestiçagem o tipo ideal para a construção nacional. Munanga (1999) pontua que essa aproximação foi possível, segundo Freyre, graças à flexibilidade natural do português.

[...] o popular Casa Grande e Senzala, de Gilberto Freyre, foi um benefício a mais proporcionando a Vargas uma alternativa de raça e nação que incluía as massas e poderia substituir a ideologia de supremacia branca do branqueamento. Deste modo, Vargas incluiria efetivamente a consolidação da ideologia de democracia racial à sua lista de feitos que modernizaram e unificaram o país. (TELLES, 2012, p. 30)

Embora Freyre não tenha incutido no seu trabalho o termo democracia racial, essa ideologia foi amplamente divulgada e aceita pelo governo brasileiro, alcançando a população e a comunidade internacional. A ideologia de “democracia racial” trouxe uma imagem para o Brasil de país antirracista e suas diferentes etnias viviam de forma harmoniosa. “Há aqui um culto à igualdade racial- supondo a crença de que a miscigenação, enquanto fenômeno social, dirime o preconceito.” Como analisa Siss:

É possível perceber-se, então, nessa perspectiva, que as desigualdades a que estão sujeitos os negros e os mestiços, na atualidade brasileira, são entendidas como desigualdades sociais e não raciais pois, as raças que compõe o ‘mosaico étnico’ nacional se entenderam porque se misturaram e, ao que misturarem, eliminaram a possibilidade da existência de uma discriminação que tenha por substrato a variável raça. Este é o dogma central do mito da democracia racial. (SISS, 2003, pp. 48-49)

As ideias que sustentam o mito da democracia racial dificultam a percepção das desigualdades baseadas em diferenças raciais, permitindo que se presuma as desigualdades existentes no Brasil estavam estritamente ligada na questão social, inexistindo dessa forma qualquer conflito racial, “portanto, as portas da igualdade de realização econômica, social e política estão abertas aos diversos grupos raciais por não existir aqui discriminação que tenha como base a raça ou cor”. (SISS, 2003, pp. 50-51)

O Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado no Rio de Janeiro em 1944, tinha como principal liderança o intelectual Abdias do Nascimento. Surgiu como proposta inicial de se formar um grupo de teatro constituído apenas por atores negros, após constatar a ausência de negros atores no teatro brasileiro. Sua atuação tornou-se mais ampla contestando a discriminação racial. Uma imagem positiva do negro ao longo da história já fazia parte de suas reivindicações. De acordo com Siss (2003), era crucial para o TEN o resgate da cultura e dos valores afro-brasileiros e uma educação escolarizada como principal meio de ascensão social. Por outro lado, Santos (2005) afirma que

Mesmo sendo necessária, a escola ou educação formal não foi e nem é a panaceia para os negros brasileiros. Logo a militância e os intelectuais negros descobriram que a escola também tem responsabilidade na perpetuação das desigualdades raciais. [...] A educação formal não era só eurocêntrica e de ostentação dos Estados Unidos da América, como também desqualificava o continente africano e inferiorizava racialmente. (SANTOS, 2005, p. 22)

Percebendo a discriminação dirigida a população afro-brasileira dentro do espaço escolar e constatando a sua responsabilidade na perpetuação dessas desigualdades, passou a fazer parte das reivindicações do movimento negro mudanças na estrutura dessa escolarização reforçando o discurso de uma escola para todos. A educação escolar ocupa um lugar de destaque na sociedade. Embora ela não possa resolver todos os problemas sozinha ela pode ser construída democraticamente, respeitando a diversidade do povo brasileiro. (Munanga, 1999)

O Brasil viveu sobre a égide do regime militar passando por um período de forte repressão, levando a um retrocesso na luta antirracista. “O golpe militar de 1964 ⁷representou uma derrota, ainda que temporária, para a luta política dos negros. Ele desarticulou uma coalizão de forças que palmilhava no enfrentamento do ‘preconceito de cor’ no país” (DOMINGUES, 2007, p. 111)

O período do regime militar que se instalou no Brasil após 1964 desarticulou por um tempo as demandas do Movimento negro, não significando, porém, a extinção desse movimento. O Movimento Negro Unificado (MNU) tem sua organização em 1978, quando faz seu aparecimento no cenário político daquela época.

No Programa de Ação, de 1982, o MNU defendia as seguintes reivindicações ‘mínimas’: desmitificação da democracia racial brasileira; organização política da população negra; transformação do Movimento Negro em movimento de massas; formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; organização para enfrentar a violência policial; organização nos sindicatos e partidos políticos; luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, bem como a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país. (DOMINGUES, 2007, p. 114)

O movimento negro potencializa suas ações no cenário político, mobilizando a população contra o processo de discriminação racial presente, encoberta pelo mito da democracia racial. A preocupação com o papel da escola na sociedade fica clara com a busca da inclusão da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, medida que vem a ser concretizada com a promulgação da Lei 10639 de 2003.

⁷ Em 31 de março de 1964 os militares iniciam a tomada de poder e a deposição do então Presidente da República João Goulart (Jango). Em abril, foi editado o AI-1 (Ato Institucional número 1), decreto militar que depôs o presidente e iniciou cassações dos mandatos políticos. Ver também a esse respeito, CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e política no Brasil; FICO, Calos, Além do Golpe.

Após o período ditatorial com o Brasil voltando ao regime democrático se intensifica o debate sobre a situação em que vive o negro no Brasil e a necessidade de mudanças no campo educacional. A Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, em 20 de novembro de 1995, reuniu cerca de trinta mil pessoas em Brasília, tendo a participação das principais lideranças do Movimento Negro e ativistas da causa antirracista. O movimento assumia de forma clara suas reivindicações em prol da igualdade racial.

A Marcha tornou-se histórica pelo número de pessoas que reuniu e pela articulação dos vários grupos que constitui o movimento social, culminando em audiência com o Presidente da República, à época, Fernando Henrique Cardoso, que recebeu documento encaminhado pela comissão brasileira que há racismo no Brasil, e que o país tem uma dívida com a população negra em decorrência da escravidão. (BRAUN & MONTEIRO, 2013, p. 19)

A Marcha Zumbi dos Palmares representou um grande passo para uma revisão da realidade vivida no país, sendo reconhecido pelo Presidente da República que existe racismo no Brasil e todos os males provenientes da escravidão.

Como pudemos verificar a abolição representou o início de uma longa jornada de lutas em busca de uma sociedade democrática. Após a conquista do ingresso da população afro-brasileira no sistema educacional, as atenções se voltam no papel da escola em reproduzir discursos e práticas discriminatórias dirigidos aos alunos negros. Munanga (2005) alerta que para a construção de uma sociedade democrática é preciso respeitar a diversidade étnico-cultural que forma a sociedade brasileira. Um sistema educacional com base eurocêntrica explica parcialmente, segundo Munanga (IDEM) o elevado índice de repetência e evasão escolar dos afro-brasileiros.

Nesse sentido, acabar com as práticas e discursos que inferiorizam o afro-brasileiro são ações que podem contribuir para uma positivação desse grupo populacional na sociedade brasileira. Com o objetivo de criar novas formas de reeducação para as relações étnico-raciais, o movimento negro intensifica no século XXI ações concretas por parte do Estado Nacional. No ano de 2001 ocorreu a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), na cidade de Durban, África do Sul.

[...]fórum em que a escravidão e o tráfico de escravos foram reconhecidos como crimes contra a humanidade – o que, por sua vez, reforça a luta por reparação humanitária ao povo negro. A Declaração e o Programa de Ação, resultantes dessa Conferência, impelem os Estados envolvidos à restauração e à promoção da dignidade das pessoas racialmente discriminadas. (CAVALLEIRO,2005, p.66)

Um dos desdobramentos dessa Conferência de Durban foi a intensificação no Brasil, dos debates em torno de políticas públicas voltadas para população afro-brasileira em busca da promoção da dignidade. O racismo é oficialmente reconhecido no Brasil pelo governo Brasileiro, o qual compromete-se com a luta contra a discriminação racial desenvolvendo políticas de ações afirmativas, quanto na revisão curricular dos conteúdos aplicados nas unidades escolares.

2.1- Contextualização da Lei 10639/2003.

A necessidade de se adotar uma postura antirracista numa sociedade que se diz democrática foi um dos fatores que forçou a aprovação da Lei 10.639/2003. A Lei foi promulgada no dia 09 de janeiro de 2003, na primeira gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, incluindo os Artigos 26-A e 76-B estabelecendo a obrigatoriedade do Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Regulamentada pelo Parecer CNE/CP N. 03/2004 e pela Resolução CNE/CP n. 01/2004, alterada pela Lei 11.645/ 2008, incluindo a História e Cultura dos povos indígenas, não alterando os dispositivos da Lei 10639/03.

Segundo o texto da Lei 10.639/03, daria ênfase aos seguintes incisos:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."(BRASIL, 2003)

É importante destacar que a Lei torna obrigatório o estudo da História da África, dos africanos e da cultura afro-brasileira em todo território nacional, sendo em instituições públicas e privadas, ou seja, sua implementação é indispensável para uma reformulação de uma educação que conheça a amplitude do continente africano, como a contribuição dos escravizados e seus descendentes na formação da sociedade nacional. O Dia Nacional da Consciência Negra passa a ser comemorado oficialmente no dia 20 de novembro, data escolhida pelo Movimento negro por ser o dia presumível da morte de Zumbi dos Palmares e o 13 de maio, Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo.

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. Além disso, essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional. [...]. Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas, atitudes essas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas. No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados. (MUNANGA, 1999, pp. 16-17)

A lei por si só não tem como erradicar as atitudes preconceituosas enraizadas na nossa sociedade construída com base em teorias racistas de supremacia branca, além da negativa de racismo no Brasil embasado no mito da democracia racial, mas visa possibilitar um resgate da história do segmento étnico-racial negro e sua contribuição na formação do Estado Nacional. Como nos lembra Munanga (2006) o resgate da história da comunidade negra, não interessa apenas aos alunos de ascendência negra, interessa as outras ascendências étnicas, principalmente branca, por receberem uma educação arraigada de preconceitos.

Em 2009 foi lançado pelo Ministério da Educação o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Sua principal finalidade é orientar a atuação do sistema de ensino, nas esferas federal, estadual e municipal responsáveis pelo

cumprimento das leis 10639/03 e 11645/08, o Parecer CNE/CP 003/2004 e a Resolução CNE/CP 01/2004, visando à institucionalização da implementação da Educação das Relações Étnico- Raciais.

O Plano Nacional tem como objetivo central colaborar para que todos os sistemas de ensino cumpram as determinações legais com vistas a enfrentar as diferentes formas de preconceito racial, racismo e discriminação racial para garantir o direito de aprender a equidade educacional a fim de promover uma sociedade justa e solidária. (MEC,2013, p.19)

O Plano foi elaborado como um recurso de instrumentalização para uma efetiva implementação da lei 10.639/2003 e suas Diretrizes Curriculares e que contribua na prática educativa das relações étnico-raciais dos professores, professoras e todos os agentes envolvidos com a política educacional.

3- DAS NORMATIVAS EDUCACIONAIS À PRÁTICA PEDAGÓGICA EM PROL DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10639/2003.

Após o processo de abertura política, foi aprovada a Constituição Federal de 1988 o Brasil, que abarca no seu texto muitas reivindicações dos movimentos sociais, incluindo as do Movimento Negro. Racismo passou a ser considerado crime a ser punido com a pena de prisão, por meio do artigo 5º no inciso XLII⁸, regulamentado pela Lei 7.716/89⁹, de 05 de janeiro de 1989; é a chamada Lei Caó, do então deputado Carlos Alberto de Oliveira. “Entretanto sua aplicabilidade ainda é tímida e a maior parte de suas aplicações acaba por se restringir ao pagamento de indenizações e multas”. (FERNANDES,2014, p.55). Em relação as conquistas na área educacional, vale destacar:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. § 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

⁸ Art.5º, inciso XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei. Disponível: <http://www.trtsp.jus.br/legislacao/constituicao-federal-emendas>. Acesso: 29/09/2016.

⁹ Os arts. 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, passam a vigorar com a seguinte redação: "Art. 1º_Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional." "Art. 20_Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Pena: reclusão de um a três anos e multa. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9459.htm#art1. Acesso: 29/09/2016

Art. 242 § 1º - O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro. (BRASIL, 1988)

A Constituição Federal de 1988 ainda que de forma tímida traz modificações importantes em relação a educação, tendo essa como um direito de todos e um dever por parte do Estado e da família em garantir o acesso e permanência dos alunos na escola. Tendo a Constituição citada no seu artigo a contribuição das diferentes culturas e etnias, tem como significado o reconhecimento legal da pluralidade racial brasileira.

De acordo com Rodrigues (2005) a Constituição Federal de 1988 condensou as reivindicações do Movimento Negro, não incluindo de fato suas propostas como apresentadas, ficando distante de contemplar suas reivindicações, principalmente no que tange a educação. A Constituição apresenta em seu texto a necessidade de discutir a pluralidade racial no currículo escolar, mas não trouxe no seu documento legal a obrigatoriedade de incluir na História do Brasil o estudo da cultura e história da África. Rodrigues (2005) aponta que nem a Lei de Diretrizes e Bases ¹⁰ (LDB) incluiu de fato as reivindicações do Movimento Negro em relação a educação da população afro-brasileira.

A reformulação feita na LDB nº9.394/1996 no Art.26 § 4º deixa implícito a teoria das três raças formadoras da nação brasileira, reforçando o mito da democracia racial, como nos aponta Rodrigues: “O preceito de que ‘ensino de história deve levar em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro’ tem implícito o ideal de democracia racial, o mito das três raças de Freyre que juntas formaram um só povo brasileiro”. (2005.p.70)

No final da década de 1990 foram criados pelo Ministério da Educação (MEC) os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), elaborados com o objetivo principal normatização das disciplinas escolares, auxiliando na elaboração de propostas curriculares das instituições de ensino fundamental e médio. Os PCNs tinham um caráter obrigatório para rede pública e

¹⁰ A Lei de Diretrizes e Bases é a lei orgânica e geral da educação brasileira. A primeira LDB foi criada em 1961, uma nova versão foi aprovada em 1971 e ainda vigente no Brasil, foi sancionada em 1999. Lei nº9394/96

Art.26 § 4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso: 30/09/2016

facultativo para as instituições particulares. Os parâmetros foram amplamente utilizados pelas instituições de ensino como propostas pedagógicas.

A Pluralidade Cultural é abordada como um dos temas transversais, no intuito de se fazer presente o debate sobre cultura, diversidade cultural, identidades e relações étnico-raciais. O MEC apresenta como umas das justificas para o eixo temático:

Historicamente, registra-se dificuldade para se lidar com a temática do preconceito e da discriminação racial/étnica. O País evitou o tema por muito tempo, sendo marcado por “mitos” que veicularam uma imagem de um Brasil homogêneo, sem diferenças, ou, em outra hipótese, promotor de uma suposta “democracia racial”. Na escola, muitas vezes, há manifestações de racismo, discriminação social e étnica, por parte de professores, de alunos, da equipe escolar, ainda que de maneira involuntária ou inconsciente. Essas atitudes representam violação dos direitos dos alunos, professores e funcionários discriminados, trazendo consigo obstáculos ao processo educacional, pelo sofrimento e constrangimento a que essas pessoas se vêem expostas(...) frequentemente, contudo, as escolas acabam repercutindo, sem qualquer reflexão, as contradições que a habitam. A escola no Brasil, durante muito tempo e até hoje, disseminou preconceito de formas diversas. (BRASIL,1997, p20-21)

Os Parâmetros trazem na sua proposta o combate ao mito da democracia racial, deixando como de responsabilidade da escola reorganizar seus conteúdos, tendo como foco atitudes que cooperem com o combate do racismo, discriminação social e étnica. De acordo com seu formato de transversalidade, os temas relacionados à pluralidade cultural deixou para instituição escolar a liberdade de adaptar a seu currículo, deixando de ser o eixo principal das atividades disciplinares e apresentando-se como alternativas de reflexão que perpassam pelas disciplinas principais. Na perspectiva apontada por Abreu e Mattos, o eixo transversal da pluralidade cultural:

[...] se trará foco central da Lei 10.639/03 e do parecer aprovado pela ‘Diretrizes’. Diferentemente dos PCNs, as novas medidas aprovadas não se referem apenas à pluralidade cultural, mas se propõem desenvolver diretamente políticas de reparação e de ação afirmativa em relação às populações afro-descendente. As ‘Diretrizes’ trazem para o âmbito da escola, pela primeira vez, a importante discussão das relações raciais no Brasil e o combate ao racismo, tantas vezes silenciado ou desqualificado pelas avaliações de que o Brasil é uma democracia racial. (ABREU&MATTOS,2008, pp.8-9)

Em 2009 foi lançado pelo Ministério da Educação o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. O Plano foi elaborado para orientar e dar base

pedagógica ao sistema de ensino em âmbito nacional para a implementação e institucionalização da Lei 10.639/2003, o Parecer CNE/CP 003/2004 e a Resolução CNE/CP 01/2004, instrumentos legais que fazem parte de medidas de ação afirmativa no âmbito educacional.

O parecer procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. Trata, ele, de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. Nesta perspectiva, propõe à divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial - descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interajam na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada. (BRASIL,2013, p.11)

Como podemos verificar a lei e suas Diretrizes apresentam um propósito de combate ao racismo e a discriminação racial que atinge a população afro-brasileira, visando oferecer uma resposta no campo da educação, elaborando políticas de ações afirmativas em busca de reparações, de reconhecimento e valorização da sua história, cultura e identidade, tendo como um dos objetivos a desconstrução de estereótipos em relação a África, aos africanos e seus descendentes.

A Lei 10.639/2003 traz um desafio para os professores de rever suas práticas pedagógicas, no sentido de contribuir com a reestruturação de paradigmas enraizados na sociedade brasileira, reforçados pela instituição escolar. Manter-se inerte diante de conflitos raciais na instituição escolar, independente dos atores sociais envolvidos é compactuar e disseminar o quadro de discriminação.

É comum o pensamento de que a luta por uma escola democrática é suficiente para garantir a igualdade de tratamento a todos/as. Essa crença é um grande equívoco. Em alguns momentos, as práticas educativas que se pretendem iguais para todos acabam sendo mais discriminatórias. Essa afirmação pode parecer paradoxal, mas, dependendo do discurso e da prática desenvolvida, pode-se incorrer no erro da homogeneização em detrimento do reconhecimento das diferenças. (GOMES,2001, p.86)

Nesse sentido a tentativa de se construir práticas pedagógicas que visem a igualdade sem levar em conta o universo diversificado dentro da nossa realidade escolar, induz a homogeneização dos seres sociais não levando em conta sua especificidade. A construção de

práticas democráticas precisa ter em pauta o reconhecimento das diferenças presentes na escola e uma profunda análise dos currículos e conteúdos escolares, livros didáticos e materiais pedagógicos que devem favorecer o desenvolvimento de uma educação antirracista.

Assim reveste-se de grande importância a formação inicial e continuada dos professores para a Educação da Relações Étnico-Raciais (ERERs), que lhes proporcione a possibilidade de transformar suas práticas pedagógicas historicamente excludentes em práticas antirracistas. “Problematizando dentro da sala de aula o racismo, o preconceito e a discriminação ainda em voga na sociedade e em nossas escolas.” (BARRETO & SISS, 2012)

Neste contexto fica claro que a Lei nos traz desafios e mudanças importantes para serem implementadas pela instituição escolar, sendo importante frisar que a ela não se aplica sozinha: é nas ações dos profissionais da educação que a lei se torna prática educacional. Para que aconteça o aprofundamento dessas questões é preciso repensar a estrutura, o currículo, o espaço escolar e rever como as relações pessoais estão sendo estabelecidas.

A obrigatoriedade da inclusão de História e Cultura afro-brasileira e africana nos currículos da Educação Básica é muito mais que acrescentar conteúdos, é repensar as relações étnico-raciais, sociais e pedagógicas. Práticas de exclusão precisam ser detectadas e o debate sobre a temática precisa fazer parte do Projeto Político Pedagógico (PPP), ser incluído na pauta e no contexto escolar e não ficar relegado a datas comemorativas levando a folclorização, cujas consequências pode representar a afirmação do preconceito ao invés de seu combate.

3.1- Escola, Uma Instituição Racista?

Um dos mitos constitutivos da sociedade brasileira, como analisamos no segundo capítulo, foi a crença de uma convivência harmoniosa na sociedade brasileira, negando a existência do racismo, aliado a construção de uma propensa inferioridade do afro-brasileiro, consolidando assim um quadro de desigualdades. De acordo com Silvério (2002), a dimensão econômica explica parte dessa desigualdade encontrada no Brasil contemporâneo, a outra é explicada pelo racismo e preconceito racial, que foi legitimado historicamente pelo Estado brasileiro, como verificamos no decorrer da pesquisa.

Como bem nos assegura Gomes (2001) o imaginário social em relação aos afro-brasileiros construído ao longo de nossa história foi marcado de forma negativa em todo esse processo, discursos embasados na miscigenação e na pseudo democracia racial brasileira, tendem a encobrir as desigualdades sociais e étnico-raciais encontradas na nossa sociedade.

Não podemos, portanto, desconsiderar como a construção histórica da sociedade brasileira afetou e ainda afeta a população afro-brasileira e o sistema educacional aqui formado, o qual reproduz práticas discriminatórias e excludentes, marcando as relações sociais no espaço escolar. A escola não é a única responsável pela construção da cidadania, mas ocupa papel de grande importância nesse processo, devendo atuar na desconstrução de estereótipos e todo tipo de preconceito existente.

A educação formal tem grande relevância para a formação de cidadãos críticos e conhecedores de seus direitos civis, políticos e sociais. Torna-se, então, fundamental a reflexão por parte de nós profissionais de educação sobre a presença das formas que conduzem às desigualdades na sociedade e também no espaço escolar. Compreender e reconhecer a desvantagem que constitui o racismo para o desenvolvimento das relações sociais entre negros e brancos – com a penalização dos cidadãos negros¹¹ – constitui uma ação fundamental para enfrentar essa falta de equidade. (CAVALLEIRO, 2001, p. 142)

Como podemos verificar na citação de Cavalleiro (2001), a escola como instituição formal tem significativa relevância para formação de cidadãos conhecedores de seus direitos civis, políticos e sociais. Cabe ao espaço escolar enfrentar e agir contra qualquer forma de racismo, enfrentado pela população afro-brasileira dentro e fora dos muros escolares.

O Movimento Negro sempre esteve atento as dinâmicas constituídas nas instituições escolares no Brasil, fazendo parte de suas reivindicações o acesso da população afro-brasileira a uma educação formal e mais democrática, com a importância de questionar como essa população está sendo recebida pela escola. Não foi de forma aleatória que no decorrer de intensas lutas para uma revisão do currículo escolar, dos livros didáticos e das práticas pedagógicas sempre estiveram presentes em suas pautas.

¹¹ A autora especifica a utilização da palavra ‘negro’ no seu trabalho para designar o segmento racial composto por pessoas que se auto classificaram ou foram classificadas pelo censo como de cor preta ou parda, segundo definições do IBGE.

Munanga (2005) nos alerta que não podemos esquecer que somos frutos de uma educação eurocêntrica e conscientes ou não, reproduzimos os preconceitos que permeiam nossa sociedade e esses mesmos preconceitos perpassam pela escola. Os professores por falta de preparo e por ter esses preconceitos enraizados pela sua formação não sabem como trabalhar a diversidade étnico-cultural no espaço escolar e em suas salas de aula.

A instituição escolar é um espaço em que não é apenas os saberes curriculares que serão compartilhados. Por ser um espaço social e multicultural, agrega diferentes saberes, crenças, valores e hábitos, assim como preconceitos raciais, de gênero, de classe, de idade. Sendo esse um espaço heterogêneo, conflitos acontecem e não podem ser ignorados pelos professores e demais profissionais que compõem a escola.

Lamentavelmente, o racismo em nossa sociedade se dá de um modo muito especial: ele se afirma através da sua própria negação. Por isso dizemos que vivemos no Brasil um racismo ambíguo, o qual se apresenta, muito diferente de outros contextos onde esse fenômeno também acontece. O racismo no Brasil é alicerçado em uma constante contradição. A sociedade brasileira sempre negou insistentemente a existência do racismo e do preconceito racial, mas, no entanto, as pesquisas atestam que, no cotidiano, nas relações de gênero, no entanto as pesquisas atestam que, no cotidiano, nas relações de gênero, no mercado de trabalho, na educação básica e na universidade os negros ainda são discriminados e vivem uma situação de profunda desigualdade racial quando comparados com outros segmentos étnico-raciais do país. (GOMES, 2005, p.46)

A sociedade brasileira tem em seu histórico a negativa da existência do racismo e do preconceito racial que ainda persiste e desta forma acaba sendo reproduzido no espaço escolar. Muitos professores acreditam que o racismo se restringe a realidades que não pertencem ao Brasil, acreditando ser uma realidade de sociedades que viveram o apartheid e o nazismo, reforçando assim a ambiguidade do racismo brasileiro que foi alicerçado no mito da democracia racial.

Imagens estereotipadas direcionadas aos alunos afro-brasileiros estão presentes no cotidiano escolar, reforçados por materiais e livros didáticos, causando efeitos nefastos como a auto rejeição, baixa autoestima, prejudicando seu desenvolvimento escolar e até mesmo a continuidade dos estudos, aumentando consideravelmente a evasão escolar. De acordo com Kabengele Munanga:

Não precisamos ser profetas para compreender que o preconceito incutido na cabeça do professor e sua incapacidade em lidar profissionalmente com a diversidade,

somando-se ao conteúdo preconceituoso dos livros e materiais didáticos e às relações preconceituosas entre alunos de diferentes ascendências étnico-raciais, sociais e outras, desestimulam o aluno negro, comparativamente ao do alunado branco. (MUNANGA, 1999, p. 16)

Diversos pesquisadores procuram em suas pesquisas entender o cotidiano escolar e as suas práticas discriminatórias, como GOMES (1996,2001,2005), CAVALLEIRO (2001,2005), CANDAU & MOREIRA (2005), entre outros. Em suas pesquisas foi encontrado um padrão de reprodução no cotidiano escolar, como posturas diferenciadas quando dirigidas para alunos afro-brasileiros, muitas vezes de forma preconceituosa, discriminatória, utilizando termos pejorativos direcionados a esse grupo de alunos. Inferiorizar as características fenotípicas de ascendência africana é utilizada como “arma” de exclusão social.

Falas negativas e preconceituosas a respeito da cultura, da família e do grupo racial negro podem comprometer o desenvolvimento das crianças e adolescentes negros, contribuindo com um terreno fértil para instalação de um sentimento de inferioridade e fragilização da auto-estima. Comentários depreciativos, por vezes irônicos, são altamente prejudiciais. É preciso ‘ouvir’ esses discursos e refletir sobre o conteúdo da linguagem utilizada no cotidiano escolar (CAVALLEIRO, 2001, pp. 152-153).

Atos discriminatórios e depreciativos são utilizados no cotidiano de crianças e adolescentes, tendo sua identidade e subjetividade violadas. Discursos que inferiorizam sua cor de pele, textura do cabelo e até mesmo suas escolhas religiosas, tendo a religião de matriz africana como foco principal de intolerância, tornam-se motivos para ofender, fragilizar e anular alunos e alunas afro-brasileiras. Quando a instituição escolar fecha os olhos para a sua realidade cotidiana acaba reforçando essas atitudes como algo natural.

A pesquisa realizada por Eliane Cavalleiro em 1988 no qual teve como objetivo compreender o processo de socialização de crianças na pré-escola, dispôs como foco a relação étnico-racial estabelecida no espaço escolar e familiar. A autora utilizou a pesquisa de campo e entrevistas com o corpo docente, discente e familiares, no intuito de observar o cotidiano escolar e as interações existente entre os alunos e os diversos atores que compõe a unidade escolar, visando entender como esses sujeitos percebem, compreendem e elaboram a formação multiétnica da nossa sociedade. A pesquisa revela, que:

[...] uma distribuição desigual do contato físico entre as professoras e seus alunos negros e brancos, bem como formas diferentes de avaliá-los em suas atividades

escolares. Esta diferenciação de tratamento dos alunos em função do seu pertencimento étnico pode ser considerada uma atitude anti-educativa. Finalmente, na escola e nas famílias, verificou-se a predominância do silêncio nas situações que envolvem racismo, preconceito e discriminação étnicos, o que permite supor que a criança negra, desde a educação infantil, está sendo socializada para o silêncio e para a submissão. (CAVALLEIRO,1988, p.9)

O silêncio não ocorre apenas entre as vítimas de racismo, mas também entre aqueles que os praticam. A negativa de alguns profissionais da educação em admitir a existência de práticas discriminatórias no ambiente escolar, afirmando uma pseudo igualdade entre os diferentes sujeitos da escola, reafirma a continuidade do mito da democracia racial ainda presente na sociedade brasileira e naturaliza a discriminação, reforçando a prática por parte dos que cometem o ato e a anulação dos que sofrem a violência. Gomes (1996) completa esclarecendo que as teorias racistas desenvolvidas no decorrer de nossa história, estão sempre sendo realimentadas e presentes no imaginário e práticas educativas no cotidiano escolar.

Preconceitos e diferentes formas de discriminação estão presentes no cotidiano escolar e precisam ser problematizados, desvelados, desnaturalizados. Caso contrário, a escola estará a serviço da reprodução de padrões de conduta reforçadores dos processos discriminadores presentes na sociedade. Convém salientar que os elementos discriminadores afetam distintas dimensões: o projeto político-pedagógico, o currículo explícito e o oculto, a dinâmica relacional, as atividades em sala de aula, o material didático, as comemorações e festas, a avaliação, a forma de se lidar com as questões de disciplina, a linguagem oral e escrita (as piadas, os apelidos, os provérbios populares etc.), os comportamentos não-verbais (olhares, gestos etc.) e os jogos e as brincadeiras. É necessário ressaltar que expressões fortemente arraigadas no sentido comum, que expressam juízos de valor sobre determinados grupos sociais e/ou culturais, assim como as brincadeiras, são âmbitos especialmente sensíveis às manifestações de discriminação no cotidiano escolar. (CANDAU & MOREIRA, 2005, p. 48)

Entendemos que a escola precisa ter como prioridade uma educação étnico-racialmente democrática e que atitudes discriminatórias e preconceituosas não podem ser naturalizadas. A construção de práticas democráticas implica no direito de ser diferente, isso inclui as diferenças raciais, de gênero, classe e religião. Para que a mudança aconteça e se alicerce no “chão da escola” é preciso repensar o currículo, problematizar as relações e incluir a temática no Projeto Político Pedagógico da escola de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER).

Um dos caminhos possíveis para uma efetiva mudança no processo educativo apontada por Barreto e Siss (2012), seria a continuidade da formação dos professores, dando oportunidade a esses profissionais de ampliarem a sua formação inicial e obter a qualificação

e condições de trabalhar com questões complexas como a Educação das Relações Étnico-Raciais.

Os professores precisam ter a oportunidade e também a vontade de conhecer a nossa história e obter condições necessárias de incluir no currículo escolar a história dos que foram excluídos. “Eles precisam perceber que a história do país deles não é essa história que foi ensinada. Reconhecer o Brasil como um país que nasceu do encontro das diferenças, das culturas e das civilizações. ” (MUNANGA,2013, p.30). De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, CNE/CP nº 3/2004:

Art. 1º A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas pelas Instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da Educação Brasileira e, em especial, por Instituições que desenvolvem programas de formação inicial e em especial, por Instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores.

§ 1º As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004.

Art. 3º A Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira, e História e Cultura Africana será desenvolvida por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas Instituições de ensino e seus professores, com o apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, atendidas as indicações, recomendações e diretrizes explicitadas no Parecer CNE/CP 003/2004.

Fica explícita aqui a importância e o direito à formação inicial e continuada dos professores sob a perspectiva da EREs, como já foi exposto anteriormente. A Lei e suas Diretrizes nos trazem um grande desafio e responsabilidade e para que mudanças aconteçam é preciso que exista o interesse e o comprometimento não apenas dos professores, mas de toda equipe pedagógica, bem como uma política institucional de qualificação em serviço voltada para esses professores, elaboradas por parte das secretarias de educação.

A lei e as diretrizes entram em confronto com as práticas e com o imaginário racial presentes na estrutura e no funcionamento da educação brasileira, tais como o mito da democracia racial, o racismo ambíguo, a ideologia do branqueamento e a naturalização das desigualdades raciais. (GOMES,2011, p.116)

Não são poucos os problemas a serem enfrentados e não é apenas com a promulgação da Lei 10639/2003 e suas diretrizes que pensamentos e atitudes serão mudados. Um grande passo já foi dado e apesar de ainda existir negativas de sua importância, para que os seus objetivos sejam alcançados precisamos ir em busca de seu enraizamento através de práticas pedagógicas que visem uma educação antirracista e mais democrática em busca dos direitos sociais, culturais, civis e econômico, bem como a valorização da diversidade que compõe a realidade da nossa identidade nacional.

4-ESTUDO DE CASO.

4.1- Caracterização do Campo de Pesquisa.

Como informado na introdução dessa pesquisa monográfica, o local escolhido para o desenvolvimento desta pesquisa foi uma Unidade Escolar da rede Estadual do Rio de Janeiro situada na Baixada Fluminense, mais precisamente em São João de Meriti. A escola que foi o objeto da pesquisa é um CIEP - Centro Integrado de Educação Pública, popularmente apelidados de "Brizolões".

O CIEP foi um projeto educacional do antropólogo Darcy Ribeiro, arquitetura de Oscar Niemayer e implantado no Estado do Rio de Janeiro ao longo dos dois governos de Leonel Brizola (1983/1987- 1991/1994). Tinha como objetivo oferecer ensino público de horário integral no qual os alunos além do currículo regular, havia a proposta de oferecer aos alunos atividades culturais, educação física e estudo dirigido. O CIEP pesquisado teve a sua fundação no ano de 1994, último ano do governo Brizola.

Os CIEP forneciam refeições completas a seus alunos além de atendimento médico e odontológico. Os governos que sucederam aos de Brizola não deram continuidade ao projeto inicial dos CIEPs, tornando-se assim escolas "comuns" com o ensino dividido em turnos, como é o caso da escola pesquisada.

Nessa pesquisa, seguiremos os protocolos para projetos de pesquisa que envolvem seres humanos, elaborado pela Comissão de ética da pesquisa da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (COMEP-UFRRJ). O documento de referência propõe o anonimato dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Por tanto a forma de identificação que será apresentada nesta pesquisa será apenas CIEP para Unidade Escolar escolhido pela pesquisadora e pseudônimos escolhidos pelos sujeitos depoentes.

O CIEP está situado na Baixada Fluminense, em São João de Meriti¹². As ruas da escola pesquisada e de seu entorno são asfaltadas, possui iluminação pública, rede de esgoto, água encanada e coleta de lixo regular.

¹² A cidade de São João de Meriti está localizada na Baixada Fluminense. É cortada pela Via Dutra, localizando-se a 27 km do centro da cidade do Rio de Janeiro. Faz divisa com cinco municípios: Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Nilópolis, Belford Roxo e Mesquita. A cidade concentra o maior adensamento populacional da

Os CIEPs após o governo Brizola sofreram mudanças estruturais, de concepção pedagógica e de gestão. Atualmente parte destes foram municipalizados. No caso do CIEP objeto da pesquisa é de competência do Governo do Estado do Rio de Janeiro.



Figura 1- fachada do CIEP.



Figura 2- Lateral do CIEP.

América Latina, são cerca de 13 mil habitantes por Km² – peculiaridade que rendeu o apelido de “Formigueiro das Américas”. Disponível: <http://meriti.rj.gov.br/sjm>. Acesso: 27/11/2016.

Ao adentrar na escola, há o pátio no térreo, no qual se encontram banheiros, o refeitório, sala de cinema e vídeo (antigo consultório médico e odontológico), biblioteca e um amplo espaço que permite a socialização entre os alunos, como atividades pedagógicas ao ar livre. No primeiro pavimento está a secretaria, sala da direção (geral e adjunta), sala da coordenação pedagógica e educacional, sala da animação cultural¹³. Neste mesmo andar há ainda o auditório, a sala de informática, salas de aula, copa e banheiros de alunos e funcionários. No segundo pavimento há salas de aula e banheiros para os alunos. A quadra de esportes fica no terraço do prédio principal.

A escola conta com uma infraestrutura privilegiada se comparada com outras unidades da rede pública Estadual de ensino. Possui espaços amplos, com salas espaçosas e climatizadas e bem cuidado. Encontra-se em bom estado de conservação, em todas as visitas, pude observar um ambiente limpo e bem organizado. Nos corredores pudemos observar além dos informes gerais do cotidiano escolar e dirigidos aos projetos desenvolvidos na escola, cartazes com dizeres voltados para temática étnico-racial, fotos e trabalhos feitos pelos alunos.

A escola atende 1.950 alunos, com 83 professores regentes, 3 diretores (1 geral e 2 adjuntas), 2 coordenadores pedagógicos, 1 orientadora educacional, 1 animadora cultural, além do quadro administrativo e de apoio. Observando fenotipicamente, a escola apresenta no seu quadro tanto de funcionários, como alunos é majoritariamente constituída de indivíduos negros (pretos e pardos). Seu funcionamento se dá em três turnos:

- Manhã- seis turmas do 1º ano do ensino médio, seis turmas do 2º ano do ensino médio, três turmas do 3º ano do ensino médio, duas turmas do 1º módulo de correção de fluxo e 1 turma do 2º modulo da correção de fluxo¹⁴. Totalizando 18 turmas atendidas no período de 07: 05 às 12: 20h.
- Tarde- quatro turmas do 6º ano do ensino fundamental, cinco turmas do 7º ano do ensino fundamental, quatro turmas do 8º ano do ensino fundamental e cinco

¹³ Desenvolvem trabalhos ligados à parte recreativa, com atividades culturais, de artes, teatro e música. Esses profissionais foram contratados em 1994, no governo Brizola para atuarem nos CIEPs.

¹⁴ É um programa de aceleração de estudos que atende alunos com idades entre 13 e 17 anos com interesse em concluir o Ensino Fundamental em menos tempo e, assim, apresentar a idade mais próxima da esperada para ingresso no Ensino Médio. O objetivo do programa é proporcionar a conclusão dos estudos de alunos em defasagem idade-série.

turmas do 9º ano do ensino fundamental. Totalizando 18 turmas atendidas no período de 13:05 às 18:20h.

- Noite: A escola atende 16 turmas do NEJA ¹⁵divididas em quatro turmas do 1º módulo, quatro do 2º módulo, quatro de 3º módulo e quatro do 4º módulo. No horário de 18:50 às 22:10h.

O CIEP trabalha com os Projetos: Mais Cultura¹⁶, Mais Educação¹⁷ e Escola aberta,¹⁸ proporcionando um maior vínculo entre família e escola, fator que contribui para o trabalho pedagógico proposto pela escola. Os Projetos citados têm como objetivos a redução da evasão escolar, reprovação, distorção idade/série; oferecer atendimento educacional aos alunos que apresentam maiores dificuldades educacionais, estimular práticas esportivas, artísticas, literárias e de lazer, além de estreitar a relação entre a comunidade e a escola. As atividades propostas são desenvolvidas por monitores contratados pela Unidade Escolar, utilizando os recursos financeiros repassados pelo Governo Federal.¹⁹

A escola oferece espaços alternativos e monitores para cada oficina, dentre elas: capoeira, futsal, percussão, culinária, teatro e dança.

¹⁵ Educação de jovens e adultos.

¹⁶ As propostas se baseiam em um ou mais temas estabelecidos pelo programa: criação, circulação e difusão da produção artística; cultura afro-brasileira; promoção cultural e pedagógicas em espaços culturais; educação patrimonial; tradição oral; cultura digital e comunicação; educação; culturas indígenas; e residências artísticas para pesquisa e experimentação nas escolas. O programa foi lançado em 2014 em uma parceria entre o Ministério da Cultura e da Educação. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/documents/10883/1197198/manualdesenvolvimento_maisculturanasescolas_periodo+eleitoral_03-11+%282%29.pdf/c2a2998a-6e38-487c-a402-e2c4fc18808a. Acesso: 24/10/2016.

¹⁷ O Programa Mais Educação constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais do ensino fundamental, que amplia a jornada escolar nas escolas públicas, para no mínimo 7 horas diárias, por meio de atividades optativas. De acordo com o projeto educativo em curso na escola, são escolhidas quatro atividades, no universo de possibilidades ofertadas. Uma destas atividades obrigatoriamente deve compor o acompanhamento pedagógico. Disponível em: <http://educacaointegral.mec.gov.br/mais-educacao>. Acesso: 24/10/2016.

¹⁸ O Programa Escola Aberta incentiva e apoia a abertura, nos finais de semana, de unidades escolares públicas localizadas em territórios de vulnerabilidade social. A estratégia potencializa a parceria entre escola e comunidade ao ocupar criativamente o espaço escolar aos sábados e/ou domingos com atividades educativas, culturais, esportivas, de formação inicial para o trabalho e geração de renda oferecidas aos estudantes e à população do entorno.

¹⁹ Os programas citados dependem de verba federal, causando assim algumas interrupções quando a verba não é repassada, como está ocorrendo atualmente com o Programa Mais Educação.

4.2- Alguns Projetos Implementados.

Animação Cultural:

A Animação Cultural desempenha um papel de grande importância, trabalhando com os alunos oficinas com inserções teatrais, palestras e debates. Tivemos a oportunidade de observar durante nossas visitas em campo e através de pesquisas feita na internet sobre trabalhos desempenhados pelo CIEP a valorização e apoio por parte do gestor da escola para o desenvolvimento dos trabalhos propostos pela animadora cultural.

No ano de 2009 o grupo de teatro iniciou os preparos para montagem do espetáculo teatral “O negro e o mar, a Revolta da Chibata. Em 2010 a peça foi apresentada no teatro do Sesc de São João de Meriti.

Tendo como referência a Lei 10639/1003, que institui a obrigatoriedade do ensino de História da África e da Cultura afro-brasileira nas escolas, o Brasil abre uma porta no que tange às heranças culturais originadas na matriz sócio- religiosa e antropológica, evidenciando o heroísmo na cultura negra. Desta forma, estimula autoestima da raça negra, propondo um resgate histórico do povo afrodescendente[...] (folder da peça, 2010)

A peça teatral foi encenada por alunos do Ensino Médio em homenagem ao centenário da Revolta da Chibata. O enredo foi baseado na trajetória de João Cândido, como símbolo de heroísmo e resistência, enfatizando o evento da Revolta da Chibata.



Figura 3- peça apresentada no Sesc.

Aláfia:

Projeto “Aláfia” é uma parceria com o Mais Cultura e conta com a participação voluntária dos alunos da escola e como responsável e articuladora do projeto foi escolhida a animadora cultural da escola, que de acordo com o documento do Projeto é a pessoa indicada para o desenvolvimento de atividade artística e cultural que ofereça para escola apoio ao ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira. Seu currículo inclui espetáculos teatrais e filmes sobre a temática afro, é bailarina, professora de danças afro e militante da causa negra. De acordo com o documento sua prática artística e de educadora dentro do seu trabalho como animadora cultural, vem favorecer a valorização da cultura e da população afro-brasileira em busca do resgate da memória e valorização da cultura negra, fomentando junto à comunidade escolar o debate e a luta contra preconceitos. Durante o período de pesquisa em campo foi possível presenciar reuniões do grupo e passagem de texto da peça teatral que está sendo montada, com apresentação prevista para o mês de novembro.



Figura 4- Mural do Projeto



Figura 5- Grupo Aláfia

Pinto, logo existo! “Que país é esse? ”

O Projeto é desenvolvido pelo professor de artes, com o propósito de desenvolver diversos aspectos da história da arte e o desenvolver uma reflexão sobre a cultura negra. O projeto faz parte da programação anual da escola e a exposição é aberta a toda comunidade escolar e conta com a apresentação do grupo de dança, que faz parte das atividades propostas pelo Mais Cultura. Após o dia da exposição os trabalhos ficaram expostos pelos corredores da escola.



Figura 6- Orixás - pintura na telha.



Figura 7- artesanato.



Figura 8- Exposição das pinturas.



Figura 9- Apresentação dança afro.

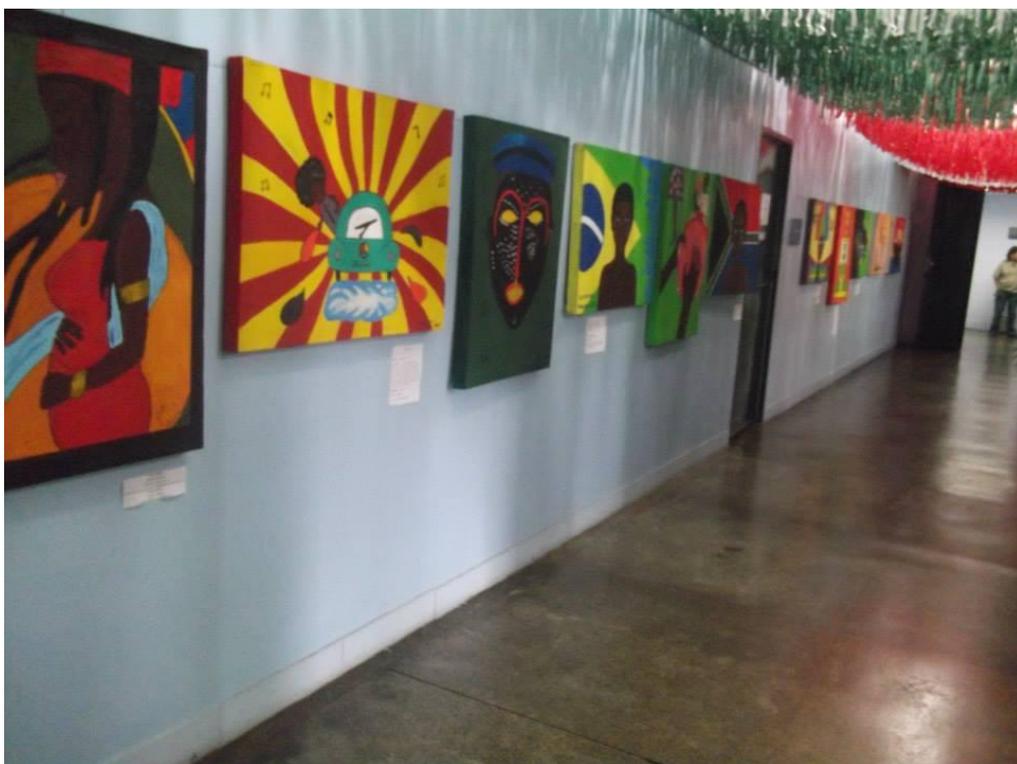


Figura 10- exposição dos quadros.

Mediadores de Leitura.

Atualmente a escola também participa do projeto ²⁰Mediadores de Leitura, com uma parceria com a ONG “Se essa rua fosse minha” com o projeto Territórios de Educação para a Igualdade Racial (TEPIR). O projeto Mediadores de Leitura tem como objetivo formar jovens mediadores de leitura para atuar nas unidades de ensino e levar para alunos e comunidade as histórias, contos e lendas africanas. O projeto é uma iniciativa da ONG “Se essa rua fosse minha” (SER). Os mediadores de leitura iniciaram o treinamento e atividade no início do ano letivo de 2016, coordenados por uma ex-aluna do CIEP e atualmente estudante de licenciatura em Letras da UERJ. A estreia do grupo foi em julho de 2016 com o conto “Uma é assim, a outra assado” do livro Contos e Lendas da África.



Figura 11-apresentação para alunos do fundamental II.

A apresentação para os alunos do fundamental acontece na biblioteca da escola, que conta com um acervo diversificado de livre acesso aos alunos e comunidade escolar.

²⁰ O projeto Mediadores de Leitura tem como objetivo formar jovens mediadores de leitura para atuar nas unidades de ensino. O projeto é uma iniciativa da ONG “Se essa rua fosse minha” (SER). Disponível: www.seessarua.org.br/tepir.php Acesso: 26/10/2016.

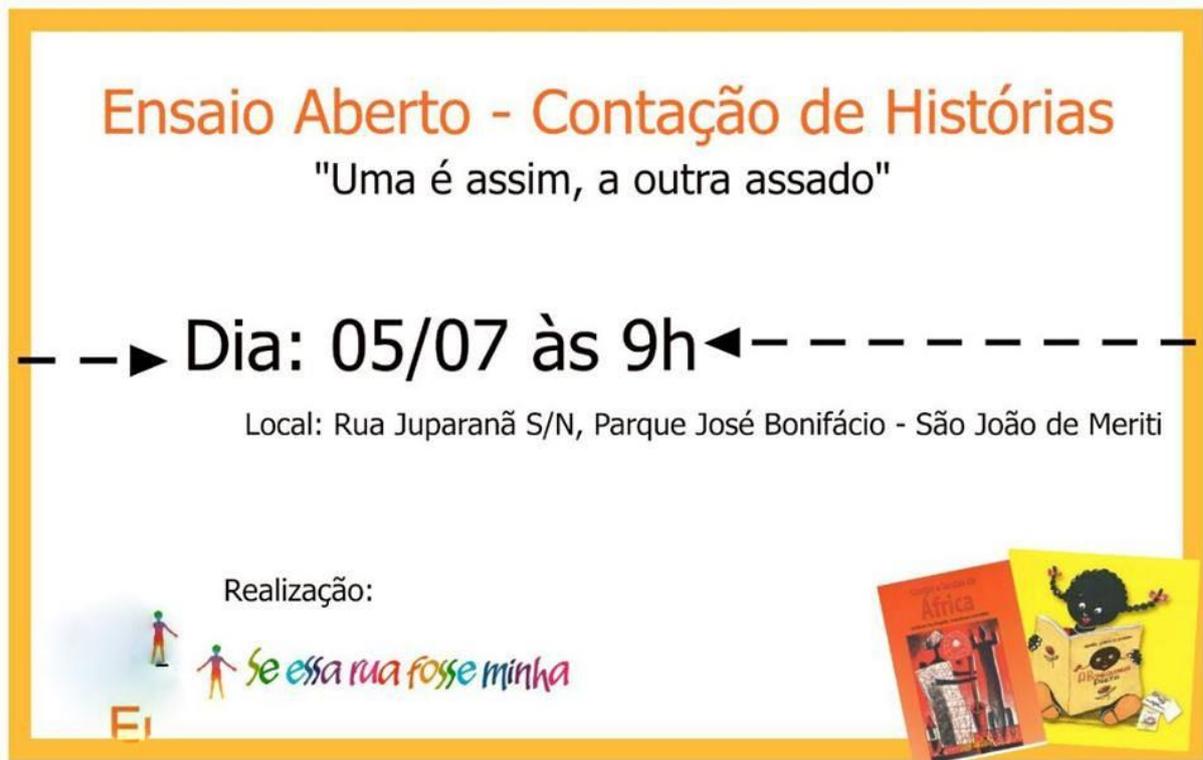


Figura 12-convite para estreia.

4.2- Caracterização Dos Atores Entrevistados.

A realização desse estudo teve como sujeitos de pesquisa o Gestor da Unidade escolar, 4 professores regentes, 1 animadora cultural e 6 alunos do ensino médio. A pesquisa foi feita em etapas que se dividiram em um primeiro momento uma visita informal à escola onde pudemos conversar com alguns professores, conhecer a diretora adjunta e o espaço físico da escola. No segundo momento as visitas se estenderam no período de 5 encontros na instituição escolar durante o turno da manhã, por ser o período de aulas regulares do Ensino Médio. Durante as visitas em campo a pesquisadora obteve a oportunidade de conhecer, conversar e observar a rotina dos educadores e ter uma maior aproximação dos alunos no período dos intervalos das aulas.

A pesquisadora explicou de forma objetiva a sua presença na escola, o foco e o objetivo do questionário proposto²¹.

²¹ As informações contidas nas tabelas 1,2 e 3 a seguir, foram obtidas através das respostas dos questionários. No que diz respeito à cor/raça/etnia, são autodeclaradas pelos participantes, como as demais informações obtidas através das respostas apresentadas pelos entrevistados. A pesquisadora explicou que o

Quando a pesquisa foi planejada o foco estava direcionado ao Gestor da unidade e 4 professores do ensino médio, independentemente de área disciplinar. No decorrer das visitas e observando a importância do trabalho realizado pela Animação Cultural, achamos de sua importância a sua participação. Desta forma o convite foi aceito de forma imediata pela animadora cultural, respondendo o questionário destinado para os docentes.

É importante frisar que após a primeira visita a rede Estadual passou por uma greve no início de março de 2016, consideravelmente longa (4 meses) e representativa. No caso do CIEP em questão, a greve obteve um número expressivo de adesão além de uns dias no qual esteve ocupada. Este fato alterou de forma significativa o planejamento das atividades pedagógicas da escola que hoje se encontra reorganizando a prática pedagógica de sua grade regular e o comprimento da reposição de aulas e reforço para prova do ENEM destinada ao 3º ano do Ensino Médio.

As visitas subsequentes para dar início a pesquisa, foram sempre marcadas com a disposição de horário e dia estipulados pelo Gestor da unidade. A escola foi bastante receptiva, apesar de toda agitação e falta de tempo de muitos professores, devido ao que foi relatado. O cronograma da execução dessa pesquisa monográfica precisou ser alterado e reorganizado, devido às mudanças no planejamento da unidade escolar.

Tabela 1- Gestor da Unidade Escolar.

Função	Idade	Sexo	Gênero	Cor/raça	Identidade Étnico-racial Autodeclarada	Formação
Diretor Geral	50 anos	Masculino	Homem	Preto	Negro	Bacharelado e Licenciatura em História/ MBA.

Identities étnico-raciais autodeclaradas.

Tabela 2- Equipe Pedagógica

questionário estava aberto para a possibilidade de qualquer observação do entrevistado ou questionamento em relação as opções apresentadas.

Entrevistado	Idade	Sexo	Gênero	Cor/raça	Identidade Étnico-racial	Graduação	Disciplina que leciona
Monã	49	Feminino	Mulher	Preto	Negra	Não tenho	Animadora Cultural
Couto	35	Feminino	Mulher	Preto	Negra	Nível Superior	Língua Portuguesa
Ventura	52	Masculino	Homem	Preto	Negro	Nível Superior	Artes/ Coordenador Pedagógico.
Alan	34	Masculino	Homem	Pardo	Branco	Letras-Português e Literatura	Língua Portuguesa
Lu	60	Feminino	Mulher	Não sei	Negra	Pós-graduada em Relações étnico-raciais na educação.	Língua Portuguesa

Identidades étnico-raciais autodeclaradas.

Tabela 3- Discentes.

Entrevistado	Idade	Sexo	Gênero	Cor/raça	Identidade Étnico-racial	Ano de escolaridade
Daniel	17	Masculino	Homem	Branco	Branco	3º ano
Berllym	17	Feminino	Mulher	Parda	Amarela	2º ano
Marcellemotta	16	Feminino	Mulher	Parda	Amarela	3º ano
Cezar	15	Masculino	Homem	Preto	Negro	1º ano
Eusamuel	16	Masculino	Homem	Preto	Negro	3º ano
Tavato	18	Feminino	Mulher	Parda	Branca	3º ano

Identidades étnico-raciais autodeclaradas.

É importante frisar que os dados relativos ao quesito raça/cor forma obtidos com base em autoclassificação, utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) -

(branco, pardo, preto, amarelo, indígena). Como alternativa de análise foi incluído a opção da identificação étnico-racial autodeclarada, deixando claro que a resposta era opcional.

Analisando as respostas, podemos perceber o grau de dificuldade que ainda é encontrado na nossa sociedade. Em momentos de conversa com os alunos durante a pesquisa em campo, foi indagado por alguns alunos, a dificuldade de uma identificação étnico-racial no Brasil por haver um grande número de mestiços, havendo grandes variedade de tonalidades de cores da pele na sociedade.

No seu trabalho “Rediscutindo a mestiçagem no Brasil”, Kabengele (1999) afirma que argumentos levantados em pesquisas brasileiras afirmando a multiplicidade de cor existente no Brasil, demonstra a tentativa do brasileiro de fugir de sua realidade étnica e tentar se aproximar do modelo branco visto como superior, fato este que demonstra que o ideal de branqueamento ainda está vivo no Brasil.

A identidade, trata-se de um processo de construção social, verificamos no decorrer da construção de uma identidade nacional, a identidade negra recebeu uma carga de interpretação social negativa, construído historicamente em uma sociedade que padece de um racismo disfarçado, e assim destaca Souza (1990) apud Gomes (2002):

(...) ser negro no Brasil é tornar-se negro. Assim, para entender o “tornar-se negro” num clima de discriminação é preciso considerar como essa identidade se constrói no plano simbólico. Refiro-me aos valores, às crenças, aos rituais, aos mitos, à linguagem. (SOUZA 1990, p.77 apud GOMES, 2002, p. 3)

Podemos perceber que a questão da mestiçagem como possibilidade de uma construção identitária é um assunto muito delicado, pois as relações etnicorraciais no Brasil ainda persiste o mito da democracia racial e a cultura do branqueamento embasado no preconceito e na desvalorização da cultura afro-brasileira.

Foi possível observar pela tabela 3 que os discentes entrevistados estão adequadamente inseridos no ano de escolaridade correspondente a sua faixa etária, fato de extrema importância, pois o ensino médio é a fase final da educação básica, que antecede o ingresso no mercado de trabalho e educação superior. De acordo com o Censo do IBGE/2010 é a fase de maior desistência de estudantes afro-brasileiros. (MEC,2013)

4.3- O Ponto de Vista Dos Alunos.

Um dos instrumentos de coleta de dados utilizado nesta pesquisa, foi a utilização de entrevistas semi-estruturadas, para além da observação participante, pois se pretendeu observar a visão dos alunos do ensino médio e a tudo que se foi observado durante a pesquisa de campo e a fala da gestão escolar e equipe pedagógica. Seguindo os pontos elencados no roteiro de entrevistas, em um primeiro momento objetivou conhecer a “**visão dos alunos sobre a escola e a gestão escolar**”.

Os alunos entrevistados apresentaram respostas positivas sobre a escola e a forma como o relacionamento entre a gestão escolar está sendo construída. Sobre o tema os alunos descrevem em relação as perguntas: Você gosta de sua escola? Como você é atendido pela direção da sua escola?

--Sim, a melhor que já estudei em toda minha vida. Aprendi muita coisa nela e cresci muito pessoalmente. ” “Super bem, temos uma abertura muito grande de acesso e para falar com a direção. Fazemos sugestões, reclamações e participamos ativamente das decisões da escola. (Eusamuel)

-Sim, minha escola permite o uso do pensamento crítico e é democrática. Com atenciosidade, a direção procura ajudar da melhor forma possível. (Daniel)

_ sim, mesmo com dificuldades de colégio público, eles estão a todo tempo ajudando os alunos, em todas as questões.

- Somos atendidos da melhor forma. ” (Marcellemotta)

Dialogando coma a fala dos alunos, recorreremos à Nilma Lino Gomes, quando ela afirma que

As instituições de ensino cuja gestão se desenvolve de forma mais democrática e participativa tendem a desenvolver trabalhos mais dinâmicos, coletivos, articulados, enraizados e conceitualmente mais sólidos voltado para a educação das relações étnico-raciais. (GOMES, 2011, p.11)

De acordo com as respostas a escola procura trabalhar de forma conjunta com os alunos, procurando dar espaço para uma participação efetiva dentro da escola. Os

entrevistados relataram a participação em debates e projetos desenvolvidos pela escola, tendo a participação ativa dos alunos.

Em seus relatos as atividades os impactaram diretamente, levando a mudar a visão sobre a história e cultura africana e afro-brasileira, rever visões preconceituosas sobre o assunto, levando a pesquisar e tentar entender mais sobre a questão. O aluno Esamuel nos relata a sua experiência com os trabalhos desenvolvidos pela escola e o impacto que tem tido na sua forma de pensar:

- A maioria dos que participei e participo trazem e debatem essa questão. Inclusive os que participo atualmente (Aláfia e Mediação de leitura), são pautados na lei 10639/03. Quando entrei na escola tinha uma visão muito preconceituosa sobre a cultura africana, muito disso vinha da falta de informação ou pela interpretação errada do assunto. Os projetos e toda a escola me ajudou muito nesse processo de formação do meu pensamento sobre a cultura africana e a questão racial. (Esamuel)

O que é o racismo na visão dos alunos?

Nesta etapa do questionário pretendeu relacionar como os estudantes entrevistados entendem por racismo, a presença de atos de discriminação racial na instituição escolar e as atitudes tomadas pela escola em relação ao assunto. De acordo com Gomes:

O racismo é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de idéias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira”. (GOMES, 2005, p.52).

O racismo está presente na nossa sociedade e conseqüentemente nas unidades escolares e atos discriminatórios fazem parte do cotidiano dos alunos, sendo muitas vezes naturalizados, implícito e muitas vezes vistos como “brincadeiras”. Essa forma de manifestação racista encontramos como ponto comum o fato do agressor geralmente ser próximo da vítima e é muitas vezes interpretada como algo “inocente” por ser em tom geralmente de piadas, caricaturas e apelidos. “Chamam em tom de brincadeira contra um colega de classe, palavras como tiziu.” Acredito que exista discriminação racial em todos os lugares, mas de forma subentendida. ” (Daniel), “Diversos alunos e até mesmo funcionários ainda possuem falas e ações racistas”. (Eusamuel)

Todos as respostas foram positivas em dizer que já ouviram sobre racismo na escola, mas quando questionados sobre se existe ou já presenciaram atos de discriminação racial na escola as respostas tiveram algumas divergências. Dos seis alunos que responderam o questionário, dois afirmaram nunca ter presenciado nenhum ato de racismo na escola, enquanto quatro relataram que já presenciaram e quando a questão chega ao conhecimento da direção eles procuram resolver o problema através do diálogo, conversa com responsável e até mesmo projetos que abordem o assunto. A escola não pode se calar diante de manifestações racistas, é primordial a interferência dos educadores.

É importante refletir sobre os alunos que negam a existência de discriminação racial na escola. Podemos nos perguntar se essa visão está ligada ao fato do Brasil existir um racismo “camuflado” ou por ser algo ainda enraizado na sociedade brasileira e acaba sendo naturalizado por uma parcela da sociedade?

Voltando à fala de Daniel, que explica como as interferências feitas pela escola impacta o comportamento dos alunos:

- Já participei de debates sobre o tema e gostei muito. Impactou na forma com que passamos a nos relacionar com mais respeito (dentre gays, negros, gordos, etc.), sem observar diferenças como coisas ruins. (Daniel)

A cultura e história africana e afro-brasileira é trabalhado em sala de aula? Pontos trabalhados que mais gostam e o que menos gosta?

Os alunos entrevistados afirmaram que a temática é trabalhada na sala de aula e diante dos assuntos trabalhados foi descrito por eles os pontos de maior e menor interesse.

- Não tem um ponto que menos goste. Gosto de que todos ouçam sobre a importância dos negros na construção sociocultural brasileira. (Daniel)

- O que eu gosto na história é saber de todas as lutas e visões ditas em detalhes. Na cultura gosto da dança. (Berllym)

- O que eu mais gosto sobre o assunto é saber sobre a cultura, que até hoje usamos, mas não percebemos (Marcellemotta)

- Não gosto muito de ouvir sobre os maus tratos com os escravos, porque me comove e fico mal. Gosto de ouvir sobre a abolição da escravidão e o processo de lutas, me dá uma sensação de liberdade. (Cezar)

- O que eu gosto: as danças, as roupas, os costumes, acho bem interessante. O que eu não gosto é a maneira como a sociedade trata e discrimina os povos afrodescendentes. (Tavato)

É importante encontrar maneiras de abordar a História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, como é amparada pela Lei 10.639/2003, sem ser vista como uma obrigação ou carga de conteúdo. O professor para abordar o assunto em sala de aula não deve limitar o assunto ao período escravagista, levando a concepções estereotipadas, deixando de levar até nossos alunos todo legado deixado pelos escravizados e pelos afro-brasileiros no nosso país, contemplando a luta dos africanos e afro-brasileiros, a cultura, a participação social, econômica e política na História da formação da nação brasileira.

4.4- O Ponto de Vista do Gestor.

- Num contexto de desigualdade racial e preconceito sofrido pelo povo negro no Brasil, a Lei 10.639/2003 é de suma importância para combater o racismo, valorizar a História do povo negro e a cultura afro-brasileira. Se existe o racismo, é papel da escola, numa perspectiva cidadã debater as relações étnico-raciais.” (Gestor)

Diante do exposto pelo Gestor da instituição escolar, vamos iniciar o diálogo com os atores que atuam na escola, que aceitaram fazer parte da pesquisa. Sua fala nos indica que possui o conhecimento em relação a Lei 10.639/2003 e a considera de suma importância a sua implementação na escola.

A unidade escolar, como já foi exposto conta com 3 diretores (as). O diretor geral se prontificou em participar da pesquisa apresentando sempre boa vontade, apesar de todas as atribuições do cotidiano escolar. Pelo que se observou durante a pesquisa de campo, conversas informais e questionário, o diretor da escola demonstra bastante comprometimento com os trabalhos desenvolvidos na escola, procurando incentivar e participar de ações voltadas para a coibição de práticas discriminatórias e a valorização da cultura afro-brasileira.

De acordo com a pesquisa de 2012 organizada por Nilma Lino Gomes, as escolas que contam com uma gestão interessada e comprometida com a questão étnico-racial,

possibilita o desenvolvimento de atividades relacionados a temática e sua inclusão em documentos oficiais da escola, facilitando assim o seu enraizamento.

O Gestor confirmou que a unidade escolar trabalha com o dispositivo da Lei 10.639/2003 e que sua formação acadêmica não o preparou para trabalhar com a lei, tendo ele conseguido conteúdo relativo a lei através da militância e por conta própria.

Quando a pergunta foi relacionada a algum caso de preconceito racial ou racismo ocorrido na escola:

- Vários. Existe no cotidiano um preconceito e uma discriminação “invisível”. A escola busca trabalhar a conscientização de diversas formas (conversas, dinâmicas, trabalhos, palestras), para contribuir na formação de uma visão não discriminatória e não preconceituosa do nosso aluno. (Gestor)

Sua fala vai de encontro com as respostas dadas pelos alunos e equipe pedagógica. Diante da fala dos alunos foi possível perceber que a escola desenvolve trabalhos voltados as questões étnico-raciais, procura esclarecer e debater sobre casos de discriminação e por outro lado percebeu-se que o papel do diretor é de suma importância para dar apoio a equipe pedagógica e proporcionar condições para que as atividades sejam postas em prática.

Diante de seu relato os professores da unidade não passaram por programa institucional de qualificação em serviço para trabalhar com o disposto pela Lei e de acordo com seu relato, os professores da escola que possuem a qualificação obtiveram acesso por conta própria.

4.5- Ponto de Vista da Equipe Pedagógica.

A sanção da Lei 10639/2003, significaria que a partir daquele momento as questões relacionadas as relações étnico-raciais e a história e cultura africana e afro-brasileira deixariam de ser “responsabilidade” apenas dos profissionais preocupados e envolvidos com a temática e passaria a ser uma preocupação de todos os profissionais envolvidos no cotidiano escolar, independentemente de sua pertença racial. Passamos de uma década que a lei foi aprovada e ainda encontramos profissionais da educação resistentes em cumprir o dispositivo da lei e suas diretrizes.

Diante deste fato é de extrema importância conhecer e ouvir a equipe pedagógica sobre suas impressões relacionadas a lei em questão, para chegar a essas respostas algumas questões foram levantadas, tendo como foco a Lei 10.639/2003, racismo, formação continuada, PPP e práticas pedagógicas.

De acordo com as repostas dos entrevistados, todos afirmam conhecer a lei, descrevendo de forma clara o que ela propõe e afirmam concordar com seus dispositivos. Quanto as Diretrizes Curriculares e o Plano Nacional de Implementação de suas Diretrizes, dois dos entrevistados dizem não conhecer. Entre os entrevistados temos uma professora que possui formação específica de para trabalhar com a temática, com curso de pós-graduação e dois que procuram está sempre atualizado sobre a temática através do Movimento Negro do qual possuem ligação e pesquisas individuais na busca de auxílio do desenvolvimento do trabalho, mesmo não concluindo cursos de especialização, mas ambos acumulam experiências em cursos de curta duração com foco na temática étnico racial. Para os entrevistados em questão a implementação da lei no CIEP já está acontecendo sem apresentar dificuldades no desenvolvimento da temática. Dois professores afirmaram não ter a qualificação e preparo para trabalhar com a lei e seus dispositivos legais. Afirmando:

- A falta de estudo profundo do assunto representa uma barreira. Além disso, acho que esse aperfeiçoamento poderia ser dado pela escola de forma coletiva, de modo que os professores pudessem problematizar e antever algumas dúvidas que surgiriam dos alunos. No ano passado, dois professores fizeram uma oficina para mostrar formas de trabalhar com a lei 10.639. Contudo, uma aula é insuficiente. (Couto)

- Creio que falta um maior esclarecimento em relação à lei e boa vontade política. Mas, no que diz respeito à equipe do CIEP, não vejo nada que impeça. Aliás, essa implementação já vem ocorrendo de forma gradativa. (Alan)

Já passamos de dez anos da promulgação da Lei nº 10.639/2003 e ainda esbarramos com o despreparo de professores para implementar efetivamente a lei na instituição escolar, demonstrando a fragilidade da formação inicial dos professores para trabalhar com a Educação das Relações Étnico-Raciais que como analisamos na nossa pesquisa a formação continuada para sua prática na temática acontece por iniciativas individuais. A educação continuada é um direito do docente, mas não podemos esquecer que muitas vezes sua jornada de trabalho e interesses pessoais dificulte ou o impeça de integrar em políticas de qualificação. Gomes aponta a qualificação em serviço como uma alternativa para a formação docente.

Essa situação revela aos sistemas de ensino a necessidade de considerar com mais seriedade os processos de formação em serviço dos profissionais da educação e uma maior atenção à escola como espaço/tempo formador dos próprios docentes. É também necessário aprofundar o debate sobre o direito dos profissionais da educação à sua formação e qualificação em seu próprio local de trabalho. (GOMES, 2012, pp. 355/356)

A política de formação dos profissionais de educação é uma medida estratégica para a construção de uma educação com bases sólidas para tratar de questões complexas e urgentes como a Educação das Relações Étnico-Raciais e a cultura e história africana e afro-brasileira.

Ao falar sobre o racismo, foi indagado na entrevista: Para você o que é racismo? A sociedade brasileira é racista?

- Não acho, tenho certeza que é um verdadeiro genocídio de um povo, que não pode viver naturalmente, tem que se manter em prontidão do ataque direto do seu ser. Sim tem no Brasil um racismo cordial. (Monã)

- Ideia de que um grupo étnico é superior ao outro, e, por isso, deve ter vantagens sociais. Sim. (Couto)

- A incapacidade de adquirida de um indivíduo, de se relacionar com um outro a partir da cor da pele ou procedência étnica. Ao extremo! (Ventura)

- É quando uma pessoa considera a outra inferior apenas por ser de uma raça ou etnia diferente da sua. Infelizmente, sim. É uma de nossas maiores contradições, tendo-se em vista nossa formação. (Alan)

- Desrespeito ao outro. Sim. (Lu)

O racismo no Brasil é assunto que apresenta bastante complexidade, atingindo o indivíduo em toda sua gênese e está presente de forma concreta na estrutura social brasileira, como já foi apontado no segundo capítulo. A população afro-brasileira é atingido duramente com olhares negativos que cerceiam sua liberdade, vistos como “classe perigosa”, desqualificados profissionalmente e intelectualmente.

Uma outra ordem de considerações refere-se a atos racistas presenciados dentro da escola e como a escola atuou diante desses casos. Apenas a professora Lu respondeu não ter presenciado atos racistas dentro da escola, os demais entrevistados afirmaram ter presenciado, com uso de palavras de forma pejorativas (macaco, negão, carvão).

- Uma brincadeira dos alunos o qual chamava o aluno negro de macaco como se fosse o nome dele, eu falei que era uma forma de racismo, mas o próprio aluno negro falou para mim que era brincadeira, ele não via como racismo. Fiz questão de colocar que era racismo e não brincadeira. (Monã)

Atitudes racistas não podem ser silenciadas pela escola, como sinalizado por Monã, atos muitas vezes vistos como “brincadeiras” são usados para humilhar o outro e precisa ser problematizado, direcionando nossos alunos para uma mudança de atitude. “Se desejamos uma sociedade com justiça social, é imperativo transformarmos nossas escolas em um território de equidade e respeito; um espaço adequado para formação de cidadãos. ” (CAVALLEIRO, 2001, p. 7)

Pelas respostas dos colaboradores da equipe pedagógica a escola trabalha de forma contundente contra as manifestações racistas e discriminatórias, “trabalhando no dia a dia através de palestras, eventos e nas aulas. ” (Ventura) comparando com o que foi questionado por parte dos aluno e gestor, as respostas entram em consonância, pois todos afirmam o esforço por parte da escola e sua equipe em colocar as questões relacionada as relações étnicos-raciais no contexto diário da escola, através de interseções direta por parte da equipe, palestras e debates, dando oportunidade de os alunos colocarem suas questões e problematizar suas ideias e dúvidas.

Como apontado anteriormente, entendemos que um dos caminhos para o enraizamento no “chão da escola”, além da qualificação dos professores é repensar o currículo, problematizar as relações e incluir a temática no Projeto Político Pedagógico da escola de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER). Diante desta perspectiva foram feitos os seguintes questionamentos:

- Você saberia dizer se no Projeto Político Pedagógico de sua escola há menção à educação das relações étnicos-raciais?

- Totalmente, desde sempre. (Monã)

- Não me informei ainda sobre o tema na escola. Mas observo que vários projetos são realizados no CIEP de modo a promover a cultura negra. (Couto)

- Sim, um dos pilares do PPP é a relação étnico-racial. (Ventura)

- Sim, o CIEP trabalha há anos com a valorização da Cultura Afro-Brasileira. (Alan)

- Sim. A escola tem um belíssimo projeto em relação à Cultura Afro-brasileira. (Lu)

- Você reconhece o desenvolvimento de práticas pedagógicas bem-sucedidas em sua escola?

- Sim. Todos os projetos aqui são bem-sucedidos, pois os professores que estão de frente têm conhecimento e prática dos temas. (Monã)

- Anualmente a escola promove uma semana (semana da consciência Negra) para reflexão desse assunto. Um trabalho que dá resultados interessantes é o debate sobre as cotas raciais. (Couto)

- Sim. As atividades se estendem durante todo o ano. (Ventura)

- Sim. Alguns professores trabalham a Cultura Afro-Brasileira de forma contundente. O maior exemplo, talvez, sejam as atividades teatrais promovidas pela professora Monã, que atua como animadora cultural na escola. Com uma carreira consolidada como coreógrafa e atriz, Monã atua criando performances e encenações que sempre dialogam com essa temática, visando a valorização da identidade negra. (Alan)

- Sim. O professor de artes desenvolve alguns projetos que têm apresentado um bom resultado no que se refere à valorização do negro: Concurso da beleza para negros e mestiços, apresentação de comidas típicas, danças e desfiles de roupas africanas. (Lu)

Entre os entrevistados apenas a professora Couto argumenta não conhecer o PPP da escola e não teria condições de responder sobre o seu conteúdo. Esclarecer que o Projeto Político Pedagógico é o documento base da escola, é ele que indica os caminhos que a escola pretende seguir, seus objetivos e metas. O documento precisa sempre está atualizando dentro da sua realidade escolar e sua elaboração deve ser feita com a participação de todos da equipe escolar, de forma democrática.

Nas respostas sobre o PPP os quatro entrevistados afirmam que o documento da escola tem como um dos seus pilares a relação étnico-racial. Em conversa informal com um dos profissionais que faz parte da equipe pedagógica, foi mencionado por ele que o PPP é público e todos têm e precisam ter acesso ao documento e para facilitar para os professores que

acabam tendo uma rotina bastante corrida, a escola preparou uma síntese do documento e enviou para todos da equipe pedagógica.

O PPP está explícito que as atividades educativas da escola são orientadas pelas concepções da pedagogia crítico-social e adota a metodologia pedagógico sócio construtivista. A educação se manifestará como um projeto sempre em construção, envolvendo os adolescentes, jovens e adultos como parte principal do fazer pedagógico. A escola propõe a se caracterizar como uma escola construtivista, no sentido em que o conhecimento é construído e não dado por alguém a outro alguém. A organização e a sistemática do trabalho pedagógico da escola residem no PPP, que aborda a temática da diversidade cultural, do racismo e do preconceito na escola, de modo a atender às exigências da Lei n.º 10.639/03.

Quanto as práticas pedagógicas em prol da lei, foi relatado por nossos colaboradores, práticas desenvolvidas pela escola tendo um professor e em outros casos uma equipe que estão à frente de todo o projeto por terem um bom domínio do tema. Analisando as respostas do questionário em comunhão com a observação da pesquisa em campo e conversas com os profissionais da escola e alunos, pudemos observar que a escola conta com um número expressivo de profissionais da educação comprometidos em trabalhar com a lei 10639/2003 e que o debate acontece no cotidiano escolar, tendo essa percepção clara quando observamos o ambiente escolar, trabalhos dos alunos, dizeres espalhados pela escola e conversas informais e questionários dos alunos do ensino médio.

Em conversa com um dos coordenadores pedagógico, ficou claro para pesquisa que a escola ainda encontra algumas resistências de professores em tratar da temática, sendo esses uma minoria e o trabalho é desenvolvido com total apoio e incentivo da equipe diretiva da escola. Em relação a comunidade escolar, de acordo com relatos a maior resistência sobre a temática envolve a questão religiosa.

Outro obstáculo está ligado à resistência de ordem religiosa. Algumas pessoas relutam contra a realidade onde a questão da história da resistência negra no Brasil passa pelo viés da religiosidade. No entanto, não se trata de ensinar dogmas ou liturgias das religiões brasileiras de matrizes africanas, mas apenas mostrar que a história da resistência dos escravizados no Brasil começou pela resistência religiosa, antes de atingir outros campos de resistência. (MUNANGA, 2013, p.31)

A intolerância religiosa está presente na nossa sociedade e reflete de forma contundente no espaço escolar, levando a ações de violências psicológicas e até mesmo

físicas. As religiões que mais sofrem com a intolerância são as religiões afro-brasileiras, que são demonizadas e vistas como seitas. Para que aconteça a mudança dessas perspectivas negativas e distorcidas, deve haver a oportunidade de conhecer e entender como aponta Munanga que a religião de matriz africana mostra a resistência dos escravizados na diáspora, onde a tradição é mantida a duras penas, sob uma perseguição implacável, diante como no caso do Brasil tendo como religião predominante de origem cristã.

Acreditamos que muito além de tolerância, precisamos buscar e conscientizar os nossos alunos que as diferenças entre os seres não significam superioridade ou inferioridade, mais do que tolerar, precisamos aprender a respeitar o outro e nossas individualidades.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo apresentou como objetivo verificar quais os efeitos alcançados pelas práticas pedagógicas aplicadas na perspectiva da Lei 10639/2003 em uma escola estadual de São João de Meriti; analisando a partir dos relatos discentes, equipe pedagógica e gestor da unidade escolar se as práticas desenvolvidas em prol da relação étnico-racial estão condizentes com a referida Lei e suas Diretrizes Curriculares, como também investigar a posição e engajamento da gestão escolar na implementação da Lei, além de localizar os desafios e progressos alcançados pela escola pesquisada na implementação de atividades objetivando a diversidade cultural e uma educação antirracista.

Para tanto, foi realizado um estudo de caso na Escola Estadual da cidade de São João de Meriti, Rio de Janeiro. O referido estudo foi centrado na Educação Básica, especificamente com discentes e docentes do Ensino Médio, Animadora Cultural e Gestor da unidade escolar. Sendo utilizados como técnica de coleta de dados: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, questionários e entrevista.

Iniciamos nossa reflexão a partir dos estudos das principais teorias racistas do século XIX e como estas influenciaram a construção do pensamento racial brasileiro. Chegamos à conclusão de que apesar de tanto tempo e de vários estudos já terem discutido essas teorias, elas permanecem nas representações sociais brasileira. Um exemplo disso foram os relatos feitos pelos atores entrevistados através dos questionários sobre atitudes racistas ainda existente na realidade escolar e visto pelas próprias vítimas como "meras brincadeiras" e não como atos discriminatórios e racistas.

Em seguida, discutimos os processos de lutas travadas no Brasil em busca de uma educação antirracista e o importante papel do Movimento Negro neste processo, que demonstrou estar sempre atento as dinâmicas constituídas nas instituições escolares, fazendo parte de suas pautas de reivindicação o acesso da população afro-brasileira a uma educação formal, mais democrática, em busca de práticas educacionais antirracista. Nesse sentido, pudemos constatar o longo caminho trilhado para a promulgação da lei 10.639/2003.

Mediante a leitura dos documentos escolares e a análise dos dados obtidos, pode-se dizer que a escola já desenvolve projetos e atividades relacionados com a temática e tem gerado frutos muito positivos. Através da fala dos atores entrevistados foi possível perceber, por um lado, que o projeto desenvolvido pela escola impulsiona o debate sobre questões

relativas à cultura afro-brasileira e que esse debate vem interferindo positivamente no processo de construção identitária dos estudantes e o papel do Gestor é de suma importância para o desenvolvimento das atividades, disponibilizando recursos financeiros da escola para o desenvolvimento dos trabalhos propostos.

Analisando os questionários aplicados, encontramos muitas consonâncias nos discursos, no qual apontam que a questão étnico-racial está sendo discutido e trabalhado pela escola, mas ainda persiste atos e falas discriminatórias e racistas. Podemos observar que a escola conta com um grupo de professores, equipe diretiva e pedagógica que dominam a temática e ficam responsáveis pela elaboração dos projetos até sua execução, fato confirmado pelas respostas que obtivemos através dos questionários.

Durante a entrevista, o Gestor, coordenador pedagógico (professor de artes), animadora cultural expressaram forte motivação por participar desse processo de enraizamento da Lei, interesse que parece ter sido impulsionado pela vivência diária familiar e pertencimento étnico-racial autodeclarada, ligação com o Movimento Negro, reuniões e seminários dos quais participam.

Como desafio a ser enfrentado, apontam-se a resistência de um número de professores (as) da escola em adotar práticas pedagógicas comprometidas com o trabalho sobre as relações étnico-raciais, tendo sido apontado o despreparo para trabalhar na perspectiva da Lei 10.639/2003.

Os projetos que envolvem a questão étnico-racial está presente no PPP da escola e demonstra o fortalecimento da implementação da Lei 10.639/2003, podendo ser potencializado com a participação do coletivo dos profissionais de educação, tendo esses profissionais a oportunidade de passar por processos de formação continuada. A pesquisa nos mostrou que após 13 anos da aprovação da Lei, ainda existe uma lacuna na formação inicial e continuada dos docentes para a proposição de estratégias de combate ao racismo.

Não basta que tenhamos em nossas escolas apenas um grupo interessado e compromissado em trabalhar com a questão étnico-racial, como pudemos observar ao logo desta pesquisa. A luta é todos brasileiros, independentemente da cor de sua pele. É preciso fazer valer a Lei e seus dispositivos legais em busca de uma sociedade mais justa.

Espera-se que os resultados desse estudo possam oferecer subsídios para uma maior qualificação de tais práticas nessa escola e um alerta para a fragilidade que ainda se encontra

nesta unidade em relação a formação dos profissionais de educação para práticas pedagógicas em prol da Lei 10639/2003 e com a implementação plena da nossa LDBEN mais recente, bem como em outras unidades escolares.

6. REFERÊNCIAS

ABREU, Martha; Mattos, Hebe. Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”: uma conversa com historiadores. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 41, janeiro – julho de 2008, pp. 5-20. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eh/v21n41/01.pdf> Acesso: 16/09/2016

BRASIL. CNE/CP 003/2004. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, SECADI, 2013

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso: 25/09/2016.

BRASIL. Lei 10639 de 09 de janeiro de 2003. D.O.U. de 10/01/2003. Altera a Lei nº 9.394 de 20 de novembro de 1996. DOU. Poder Executivo, Brasília, 23/12/1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso: 16/08/2016.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, 1988. 436p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf> Acesso: 20/09/2016.

BRAUN, Jarice Carina Schwinger; MONTEIRO, Rosana Batista. A formação de professores e a educação para as relações étnico-raciais: estudo de caso em curso normal de nível médio em Nova Iguaçu, RJ. In: BERINO, Aristóteles (org.). *Diversidade Étnico-Racial e Educação brasileira*. Seropédica, UFRRJ. Evangraf, 2013.

CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antônio Flavio Barbosa. Educação como exercício da diversidade. Brasília: UNESCO, MEC, Anped, 2005. 476p. (Coleção educação para todos).

CAVALLEIRO, Eliane. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 240f. Dissertação (mestrado em educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. 1988.

_____. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus Identidade negra. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MARCAVONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 5º ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. Educação e Relações raciais: refletindo sobre estratégias de atuação. In: MUNANGA, Kabengele (org.). *Superando o Racismo na Escola*. Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Fundamental, 2005.

_____. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10639/03. Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Fundamental, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía (org.). Educação e Relações raciais: conceituação e historicidade. São Paulo, Editora Livraria da Física, 2010.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro: alguns apontamentos históricos. Revista Tempo, Rio de Janeiro, vol. 12, nº 23, julho, 2007, p 100-122.

FERNANDES, Ana Paula Cerqueira. Relatos Docentes sobre Estratégias Pedagógicas de Promoção da Igualdade Racial: permanências, desafios e conquistas no “chão” de escolas iguaçuanas. 146f. Dissertação (mestrado em educação). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto Multidisciplinar. Nova Iguaçu, RJ. 2014.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6º ed. São Paulo: Atlas, 2005.

GOMES, Nilma Lino. “Educação, raça e gênero: relações imersas na alteridade”. Cadernos pagu: Raça e Gênero, Campinas: Unicamp, v. 6 -7, p. 67- 83. 1996. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/05/EDUCACAO-RACA-E-GENERO.pdf>> Acesso: 15/09/2016.

_____. Discriminação racial e pluralismo nas escolas públicas da cidade de São Paulo. In: Educação anti-racista: caminhos abertos para Lei Federal nº10.639/03. Brasília. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. (Coleção educação para todos).

_____. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: CAVALLEIRO, Eliane (org.). Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa educação. São Paulo, Selo Negro. 2001.

_____(org.). Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03. Brasília, MEC: Unesco, 2012. (Coleção educação para todos).

MUNANGA, Kabengele (org.). Superando o racismo na escola. Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Fundamental, 2005.

_____. (entrevista). Políticas curriculares: a Lei 10.639/03 e os desafios para formação de professores. Revista Educação e Políticas em Debate, Universidade Federal de Uberlândia. vol.2, nº 1- jan. / jul. 2013

PEREIRE, Amílcar Araújo. “O mundo negro”: Relações raciais e a constituição do movimento contemporâneo no Brasil. Rio de Janeiro, Pallas: FAPERJ, 2013.

RODRIGUES, Tatiana Cosentino. Movimento Negro no cenário brasileiro: embates e contribuições política educacional nas décadas de 1980 – 1990.

SANTOS, Sales Augusto dos. A Lei nº 10639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro. In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério de Educação, Secretaria de Educação, Alfabetização e Diversidade, 2005.236p. (coleção para todos).

SILVÉRIO, Valter Silvério. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. Cadernos de pesquisa, novembro de 2002, nº117, pp.219 – 246.

SISS, Ahyas. Afro Brasileiros, cotas e ação afirmativa: Razões históricas. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

_____; BARRETO, Maria Aparecida Corrêa. Formação de professores com foco na educação das relações étnico-raciais com vista à justiça social. In: RIBEIRO, Ana Paula Alves; GONÇALVES, Maria Alice Rezende (org.), Diversidade e Sistema de Ensino Brasileiro. Vol.2. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2012.

SKIDMORE, Thomas E. Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870- 1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TELLES. Edward E. O significado da Raça na Sociedade Brasileira. Disponível: <http://pt.slideshare.net/KARLLAUNA/livro-osignificadodaracanasociedadebrasileira>> Acesso: 08/08/2016.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Daniel Grassi (trad.), 2º ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR CURSO DE GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA Prezado Sr Diretor do CIEP 175- José Lins do Rego M.D. Sr. Professor Nelson Silva de Oliveira Saudações. Nova Iguaçu, outubro de 2016 Valéria Batista Barreto é aluna regular do CURSO DE GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA desenvolvido pela UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. A aluna está em fase de coleta de dados na forma de aplicação de questionário para a pesquisa que desenvolve com vistas à elaboração de sua Monografia de final de curso, intitulada “A Lei 10.639/2003 e a Educação Básica na Baixada Fluminense: um estudo de caso”, desenvolvida sob a minha orientação. Solicitamos à V. Sa a gentileza de recebe-la, respondendo a um instrumento de coleta de dados de sua pesquisa de campo e de permitir que minha orientanda aplique questionário semelhante a alguns professores e alunos dessa Instituição de Ensino. Nessa pesquisa, seguiremos os “Protocolos Para Projetos de Pesquisa que Envolvem Seres Humanos” da Comissão de Ética na Pesquisa da UFRRJ, resguardando as identidades dos respondentes dos questionários aplicados, os quais serão identificados apenas por pseudônimos. Antecipamos agradecimentos pelo seu atendimento, colaboração e essenciais contribuições oferecidas e nos colocamos à sua disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Cordialmente,

Prof. Pós Dr. Ahyas Siss.

Coordenador do Curso de Pós-Graduação Mec. /Uniafro/UFRRJ:

Mat. Siape 1305552

Contatos: ahyassiss@gmail.com ahyas@ufrj.br

Tels. (21) 26690105 – (21) 98856850



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

IM – INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

TRABALHO DE PESQUISA PARA CONCLUSÃO DE CURSO -
GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS- GESTOR (A)

I - Dados de Identificação

1. Nome

2. Idade

3. Sexo Masculino () Feminino ()

4. Gênero Mulher () Homem ()

5. Identidade Étnico-racial Autodeclarada

Negro () Branco () Indígena () Asiática ()

6. Como você se considera?

Branco(a) () Pardo(a) () Amarelo(a) () Indígena() não sei ()

II-Instrumento de coleta de dados:

1. Cargo que Ocupa na Instituição Escolar (IE)
2. Você sabe o que é a Lei 10.639/2003? Se sim, qual a sua opinião sobre a importância dessa Lei?
3. A sua formação acadêmica o qualificou para trabalhar com o previsto nessa Lei?
4. Você julga importante que a escola trabalhe na perspectiva da educação das relações ético-raciais?
5. A unidade escolar da qual V. Sa. é gestor(a) trabalha com o disposto na Lei 10.639/2003?
6. Os professores dessa unidade escolar passaram por algum programa institucional de qualificação em serviço para trabalharem com o disposto nessa Lei?
7. Em caso positivo, como essa qualificação foi feita?
8. Houve algum caso de preconceito racial ou racismo ocorrido na escola em que você trabalha?
9. Em caso de resposta positiva, como a escola atuou neste caso?

Muito obrigada.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

IM – INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

TRABALHO DE PESQUISA PARA CONCLUSÃO DE CURSO -
GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DOCENTES: INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

I - Dados de Identificação

1. Nome

2. Pseudônimo

3. Idade

4. Sexo Masculino () Feminino ()

5. Gênero Mulher () Homem ()

6. Identidade Étnico-racial Autodeclarada

Negro () Branco () Indígena () Amarela ()

7. Como você se considera?

Branco(a) () Pardo(a) () Amarelo(a) () Indígena() não sei ()

II-Instrumento de coleta de dados para a equipe pedagógica.

1. Qual é a sua Graduação?

2. Em que ano você se graduou?
3. Quanto tempo trabalha nessa escola?
4. Para você, o que é racismo?
5. Você acha que a sociedade brasileira é racista?
6. Já presenciou algum ato racista dentro da escola? Caso sim explique.
7. Como a escola atuou, nesse caso?
8. Você conhece a Lei 10.639/2003?
9. Você concorda com ela?
10. Você se sente qualificada (o) para trabalhar com sucesso, com o previsto nessa Lei?
11. Você conhece as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana?
12. Conhece e já teve acesso ao Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira?
13. Você saberia dizer se no Projeto Político Pedagógico de sua escola há menção à educação das relações étnico-raciais?
14. Quais as dificuldades que você encontra para a implementação desta Lei na sua Unidade escolar?
15. Você reconhece o desenvolvimento de práticas pedagógicas bem-sucedidas em sua escola? (Em caso positivo discorra a respeito)
16. Neste período em que você trabalha na escola, já participou de algum curso sobre a temática étnico-racial? Por quê? Quando e onde?

Muito obrigada.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

IM – INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

TRABALHO DE PESQUISA PARA CONCLUSÃO DE CURSO -
GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DISCENTES

I - Dados de Identificação

1. Nome

2. Pseudônimo

3. Idade

4. Sexo Masculino () Feminino ()

5. Gênero Mulher () Homem ()

6. Identidade Étnico-racial Autodeclarada

7. Negro () Branco () Indígena () Amarela ()

8. Como você se considera?

Branco(a) () Pardo(a) () Amarelo(a) () Indígena() não sei ()

II-Instrumento de coleta de dados para os discentes

1- Ano de escolaridade-

2 -Você gosta da sua escola?

- 3 - Como você é atendido pela direção da sua escola?
- 4 - O que você já ouviu falar em racismo?
- 5 - Já viveu ou presenciou algum ato racista na sua escola?
- 6 - Se sim, como a escola resolveu o problema?
- 7 - Na sua opinião, na sua escola alguém pratica discriminação racial?
- 8 - Já participou de algum trabalho, projeto ou atividades, sobre a discriminação racial?
- 9 - Se sim, você gostou? Esses trabalhos tiveram algum impacto sobre sua forma de pensar e agir em relação aos demais alunos da escola?
- 10 - Você acha importante estudar sobre a África? Por que?
- 11 - Você acha importante estudar sobre esse tema?
- 12 - Já foi trabalhado na sala de aula sobre a cultura e história africana e afro-brasileira em sala de aula?
- 13 - O que você mais gosta e o que você menos gosta quando ouve na história e na cultura africana e afro-brasileira?

Muito obrigada.